

A CONTRIBUIÇÃO DA DEMOGRAFIA HISTÓRICA PARA A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO E DA FAMÍLIA NO BRASIL

Ana Sílvia Volpi Scott*

Abstracts

This article intends to present a bibliographical survey of some contributions in Historical Demography for the development of studies concerning on population and family in Brazil. The author summarizes the major references in the subject, since the introduction of Historical Demography in Brazil in the 70's, and the development of the subject in the following decades (80's and 90's). Also, some results are presented paying special attention to the differences related with time, space and social groups. Another point treated is the reference about the recent trend concerning the possible parallels that can be established between portuguese and brazilian behaviour, not only in a demographic point of view, but also linked with household organization (female-headed households), strategies of inheritance, patterns of migration, etc. At the end, the author joined a sample of bibliographical references of the contributions on the topic.

Résumé

Cet article poursuit offrir un relèvement de la contribution de la Démographie Historique au développement de l'histoire de la population et de la famille au Brésil.

* Assistente-Convidada do Depto de História da Universidade do Minho e Investigadora do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS)/Universidade do Minho.

L'auteur present les principaux references bibliographique dans le sujet, depuis l'introduction de la démographie historique au Brésil dans les années 70, et aussi bien l'expansion du sujet dans les années 80 et 90.

Également ils sont présenté divers résultats, que souligne les différences selon l'époque, la région géographique et les groupes sociaux. Il est aussi pointé les plus récents tendances de la historiographie de la famille, en ce qui concerne aux parallèles entre les comportements portugais e brésilien, non seulement dans le point de vue de la démographie, mais aussi à la organization du ménage (et l'importnace du ménage dirigé par les femmes), les stratégies héritage, les modèles de migration, etc.

À la fin, le lecteur peut voir une list de références bibliographiques dans le thème.

Os estudos clássicos sobre a sociedade colonial brasileira apontavam para uma população composta por uma vasta maioria de escravos negros, uma minoria de proprietários (de terras e escravos) e uma quase inexistente camada intermediária formada por homens livres e pobres. Predominaria a não-família, isto é o concubinato e a legião de bastardos, que caracterizaria a maioria da população, enquanto que o casamento - reconhecido perante a Igreja e a sociedade -, a família, a prole legítima estariam reservados a uma parcela mínima da população (a população branca e de elite).

Tal imagem, muitas vezes calcada na obra de Gilberto Freire vêm sendo reavaliada e relativizada, não só em função da época e da região, mas também em função de outras variáveis sócio-econômicas. Talvez tenha sido esta uma das maiores contribuições dadas pelos estudos de demografia histórica à historiografia atual brasileira.

A produção no campo da demografia histórica e mais recentemente na área da história da família teve desde sua introdução no Brasil até o final destes anos noventa uma produção crescente, embora desigual, especialmente no que diz respeito aos temas e regiões estudadas.

Do meu ponto de vista, toda a tentativa de se proceder a um balanço desta produção é temerária, além do que, parcial, pois esbarra na dificuldade de manter-se atualizadas as referências a todos os trabalhos publicados nos mais diferentes rincões do país,

às comunicações em congressos e reuniões científicas, e ainda buscar dar conta de toda a investigação que se processa e não chega a ser publicada (e aqui refiro-me essencialmente às dissertações de Mestrados e Doutoramentos relacionados à área, apresentados nas universidades brasileiros e/ou estrangeiras).

Por mais que se deseje minimizar estas limitações, o resultado apresentado será sempre limitado e, com certeza, trabalhos importantes certamente ficarão de fora. Desejo apenas que este balanço, que certamente não é exaustivo, possa oferecer ao leitor uma amostra do que se produziu e do que os brasileiros e/ou outros estudiosos estão a fazer neste domínio científico.

I

A inauguração da Demografia Histórica brasileira deveu-se a Maria Luiza Marcílio, ainda nos finais da década de sessenta, com a publicação, em França, do estudo **La Ville de São Paulo. Peuplement et Population. 1750-1850**,¹ em 1968. Deste estudo pioneiro até aos dias atuais muita coisa mudou não só em termos metodológicos, mas, fundamentalmente, no que se refere aos temas estudados, às fontes que foram exploradas ou re-exploradas, através das novas metodologias, tudo isso aliado à própria vulgarização dos meios informáticos para o tratamento massivo dos dados colhidos.

Já foram publicados alguns trabalhos que se preocuparam em traçar o percurso da demografia histórica brasileira como o de Luís Mott em meados da década de setenta (Mott, 1976). Quase dez anos mais tarde, veio à público uma nova bibliografia sobre a demografia histórica brasileira (Samara & Costa, 1984).

Mais recentemente importantes contribuições vieram à público. Marcílio (1996) elaborou um trabalho que procura fazer um balanço da produção na área, bem como uma análise no que respeita às linhas dominantes da investigação no campo da Demografia Histórica brasileira, destacando os núcleos temático principais: nupcialidade, família, concubinato, infância; estruturas e dinâmicas populacionais (população livre e escrava); mortalidade e morbidade. Também

1 Todas as referências bibliográficas citadas encontram-se no apêndice bibliográfico.

veio à público o trabalho de José Flávio Motta (1996), que fez um balanço relativo às características demográficas da população escrava e da população livre. No que respeita à difícil e dispersa informação sobre as teses apresentadas nas universidades brasileiras, Horácio Gutierrez (1996) trouxe uma lista das teses, indicando ainda que, do total das teses defendidas entre 1985 e 1994 (1332) em torno de 15% lidam total ou parcialmente com elementos demográficos em suas análises, e que entre os principais temas tratados está o estudo da família.

Alargando-se um pouco os horizontes e extrapolando as fronteiras brasileiras, se voltarmos nossa atenção ao velho continente, mais especificamente a Portugal, assiste-se já nesta última década algumas tentativas no sentido aproximar os dois países, comparando e confrontando resultados de investigações e trabalhos já publicados (Ramos, 1993; Brettell & Metcalf, 1993) além do lançamento de estudos integrados, seja de carácter individual ou coletivo.²

Aceitando correr os riscos inerentes à tentativa de fazer um balanço da contribuição da Demografia Histórica para a História da população e da Família no Brasil, coloco-me a questão de como fazer este balanço. A meu ver, uma forma interessante, entre tantas outras, de se analisar a evolução desta área de conhecimento e, ao mesmo tempo, surpreender o surgimento dos primeiros trabalhos que se preocuparam com a história da família, no contexto implementado pela demografia histórica é fazer uma exploração sumária da produção brasileira por décadas, isto é, verificar a produção nos anos setenta, oitenta e noventa, tomando-se como marco inicial a publicação sobre a cidade de São Paulo (Marcílio, 1968).

Contudo em anos anteriores, nos inícios da década de sessenta, encontramos alguns trabalhos que preocuparam-se em estudar alguns aspectos da população brasileira, como os de Alden (1963) e Lisanti (1962-1963). Embora não sejam obras que tenham utilizado

2 No primeiro caso, o projeto de tese de Doutorado apresentado por mim ao European University Institute (Itália) sob orientação de Robert Rowland (*Comparative Marriage Patterns: Portugal and Brazil, 18th- 19th centuries*), ainda em 1989. De forma coletiva, os protocolos estabelecidos entre o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL) da Universidade de São Paulo (Brasil) e a Universidade do Minho (Braga-Portugal), ainda no início dos anos 90, coordenados por Maria Luiza Marcílio (Brasil) e Maria Norberta Amorim (Portugal).

os métodos e técnicas específicos da Demografia Histórica, já constituem indicadores do interesse por estudos voltados à história da população brasileira.

A primeira obra publicada no Brasil completamente voltada para a Demografia Histórica brasileira foi a tradução do livro de Maria Luiza Marcílio sobre a cidade de São Paulo (**A Cidade de São Paulo. Povoamento e População, 1750-1850**), em 1973, que constitui o marco fundamental da introdução da Demografia Histórica no panorama científico brasileiro.

Até meados da década de setenta, como não poderia deixar de ser, a maioria dos trabalhos publicados são da autoria de Maria Luiza Marcílio, desde o artigo intitulado «Dos registros paroquiais à Demografia Histórica no Brasil» (Marcílio, 1970) aos demais trabalhos, basicamente voltados para as orientações metodológicas necessárias (Marcílio, 1971) e levantamentos sobre as fontes que poderiam ser utilizadas em estudos de demografia histórica, como incursões aos campos da análise das estruturas demográficas e domiciliares (Marcílio, 1972), estudos sobre a variação dos nomes (Marcílio, 1972). Em 1974, apresentou à Universidade de São Paulo sua tese de Livre-Docência sobre a Capitania de São Paulo, intitulado **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**, onde utilizou como fonte básica os antigos censos nominativos existentes para a capitania paulista.

Embora tenha concentrado seus trabalhos sobretudo na população da antiga Capitania Província de São Paulo, foram importantes suas publicações voltadas para aspectos globais da população histórica brasileira (Marcílio, 1973 e 1973b, e em colaboração com Lisanti, 1974a, 1974b).

Em meados da década de setenta, foram publicados trabalhos do próprio Louis Henry, que esteve no Brasil, impulsionando grandemente o desenvolvimento da demografia histórica brasileira (Henry, 1976 e 1977). Além disso, também foi fundamental, do ponto de vista metodológico, a publicação em 1977 da coletânea de artigos dos mais eminentes demógrafos-historiadores, organizada por Maria Luiza Marcílio, intitulada **Demografia Histórica, orientações técnicas e metodológicas**.

Ainda na década de setenta aparece um importante núcleo de investigação na Universidade Federal do Paraná, a partir do qual surgem os trabalhos de Altiva P. Balhana sobre a população para-

naense, além de diversas dissertações de Mestrado, preocupadas em analisar a população daquela região. Destacam-se os estudos de Burmester (1974), Schaaf (1974), Boni (1974), Kubo (1974), Valle (1976).

Estudos sobre a população de Minas Gerais começam a ser veiculados, especialmente aqueles publicados por Iraci Costa (1977, 1979) e Francisco Vidal Luna (1980) e Luna e Costa (1980).

Também apareceram os primeiros trabalhos que buscavam estudar populações específicas de imigrantes, como aquelas originárias de comunidades formadas por poloneses (Wachowicz, 1974 e Barreto, 1979), alemães (Nadalin, s/d, 1981), italianos (Balhana, 1978), açorianos (Wiedersphan, 1979).

No final dos anos setenta e já entrando na década de oitenta, ampliam-se não só as áreas estudadas, mas difundiu-se cada vez mais a demografia histórica no Brasil, e o interesse pela análise da população numa perspectiva histórica, extrapolando inclusive as fronteiras do país.

Assim sendo, cresce não só o número de trabalhos publicados, como também as teses e dissertações e o número de investigadores «seduzidos» pela disciplina. Aparecem os primeiros trabalhos que estudam o nordeste brasileiro, Piauí e Sergipe (Mott, 1976, 1978, 1983, 1985, 1986a, 1986b), dados sobre a demografia da região sul, Santa Catarina (Barros 1979, Mira 1983 a, 1983b) e Rio Grande do Sul (Queiroz 1987, Borges 1982).

Ao mesmo tempo torna-se nítido o interesse que o campo da demografia histórica brasileira desperta em investigadores de outros países, principalmente norte-americanos, que começam a vir ao Brasil, na busca de fontes e temas para suas investigações. São geralmente designados como «*Brazilianistas*», e muitos deles contribuíram de forma decisiva para o avanço da demografia histórica brasileira. Citam-se entre eles, Cowell (1975), Graham (1976), Kuznesof (1976), Merrick (1976), Metcalf (1978), Slenes (1978), Nielsen (1979) muito embora nem todos tivessem uma formação específica como demógrafos historiadores.

Em síntese podemos dizer que, na maioria dos casos, nos trabalhos produzidos na década de setenta, predominaram, análises globais da população. Foi, indiscutivelmente, uma fase exploratória e de reconhecimento onde os pesquisadores precisavam conhecer as potencialidades das novas fontes que seriam sistematicamente uti-

lizadas, adaptar-se aos novos e rigorosos métodos, além da própria busca das fontes, que precisavam ser descobertas e localizadas (se houvessem sobrevivido), pois estavam (e ainda hoje estão) dispersas em diversos arquivos, espalhados por todo o território.³

À propósito deste problema das fontes utilizadas em Demografia Histórica, o sistema da Igreja Católica no Brasil, de desmembrar arquivos paroquiais a cada fundação de nova diocese, determinou não só a dispersão, mas a perda e desordem dos arquivos paroquiais (Marcílio, 1996:6), o que dificultou e ainda hoje dificulta o trabalho de investigadores interessados neste tipo de fonte.

Bem, e o interesse pela família? Quando os investigadores que estudavam a população brasileira no passado passaram a encarar a família como um tema por excelência?

Desde que a demografia histórica se afirmou cenário europeu e mundial como disciplina autônoma, a família ocupou em espaço privilegiado. Desnecessário é sublinhar que a metodologia de Reconstituição de Família de Henry e Fleury veio dar novas perspectivas ao estudo sistemático da família, principalmente no que dizia respeito à fecundidade legítima, mas também à própria constituição da família legitimada através do casamento, desvendando seus comportamentos no tocante às idades médias ao casar, duração das uniões, a importância do celibato definitivo, e não só. Também deram-se os primeiros passos para um estudo sistemático da mobilidade através da origem dos noivos, dos costumes relacionados à fixação de residência do novo casal, tamanho médio da família biológica etc.

Obviamente o Brasil, cedo ou tarde, se beneficiaria e encaminhar-se-ia por estas vertentes através do contato com os grandes centros internacionais de Demografia Histórica (inicialmente França e Inglaterra), e «descobriria» que o estudo da família constituía um rico e variado filão de temas, e que estes não estariam delimitados apenas numa perspectiva demográfica. A utilização de uma gama variada fontes, além dos registros paroquiais traria uma nova maneira de se abordar a família, extrapolando o campo, que era trabalhado apenas pela Sociologia (família contemporânea) ou

3 Sem mencionar-se toda a documentação depositada em arquivos portugueses, por exemplo.

Antropologia (sociedades primitivas). Finalmente passou-se a analisar a evolução e a dinâmica da família na longa duração, historicizando portanto este objeto de análise.

A família abordada através dos métodos e técnicas da demografia histórica, passou portanto a exercer uma grande atração sobre os investigadores. Os estudos brasileiros que inicialmente tratavam de analisar as variáveis ligadas ao movimento natural da população, através das contagens dos atos de batizado, casamento e óbito, das taxas de nupcialidade, fecundidade, mortalidade, isto é indicadores gerais, foram orientando-se para outras questões.

Assim, ainda na década de setenta, surgem as primeiras publicações que preocupam-se mais particularmente com o casamento, com a família e com o agregado doméstico. Nomeadamente aparecem os trabalhos sobre o casamento e a família em Minas Gerais (Ramos, 1975; Costa, 1977); famílias escravas (Graham, 1976; Slenes, 1978), composição do domicílio (Kuznesof, 1976); estrutura familiar de grupos específicos (como Mesquita, 1976 sobre a família de agregados); trabalhos sobre mestiçagem e nupcialidade (Balhana, 1977), nupcialidade e fecundidade (Balhana, 1978), população e casamento (Silva 1982, 1984).

Durante a década de oitenta e início da de noventa, continua-se por trilhar estes caminhos e, importantes trabalhos são publicados no que se refere à família (Marcílio 1986; Samara 1983, 1983a, 1984, 1988-89, Kuznesof 1980, 1980a, 1980b, 1986), ao divórcio (Silva 1980), à questão da família e do domicílio (Marcílio, Kuznesof), à família e à propriedade, análises diferenciais sobre a família - livre, forra, escrava, de elite - (Samara 1984, Scott 1987, Bacellar 1987, Metcalf 1986, Lewkowicz, 1988-89), os não-proprietários de escravos (Costa, 1992) .

Ao mesmo tempo nota-se a diversidade de fontes que são incorporadas aos trabalhos apresentados e, embora continuassem sendo fundamentais os registros paroquiais e os antigos censos coloniais da população, são cada vez mais comuns a inclusão de fontes como inventários, testamentos (Samara, 1980, 1981, 1983, 1984, fontes inquisitoriais (Mott, 1985), processos de divórcio (Silva 1984, 1989), registros de entrada de imigrantes (Bassanezi, 1986, 1986a), etc.

É de sublinhar-se que temas correlacionados à família também florescem sobremaneira, principalmente o estudo da mulher e da

criança, esta última, dando-se ênfase ao abandono e àquelas nascidas fora das uniões consagradas na igreja (as crianças ilegítimas e expostas), ao concubinato. Destaquem-se neste campo, Venâncio (1986, 1986a), Londoño (1988), Kuznesof (1988), entre outros.

Outra publicação importante organizada por Maria Luiza Marcílio marcou a trajetória da demografia histórica brasileira, quando em 1984 aparece a obra intitulada **População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais**, que novamente reunia artigos dos mais eminentes estudiosos indicando, desta forma, as tendências mais recentes de investigação que desenvolviam-se então.

Deve-se destacar também a fundação do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina - **CEDHAL** - (1985), cuja iniciativa de criação e direção nos primeiros anos coube a Maria Luiza Marcílio, que foi o primeiro centro estudos institucionalizado voltado para a demografia histórica brasileira e latino-americana, que teve como projeto principal o estudo da infância e da família no Brasil e a publicação dos **Estudos Cedhal** (a partir de 1986) contribuiu para dar uma amostra dos trabalhos que se realizavam. Atualmente o CEDHAL é dirigido por Eni de Mesquita Samara e continua privilegiando o estudo da população e família, bem como temas que ligados às relações de gênero e raça no Brasil e América Latina.⁴

Nos anos oitenta e penetrando já na década de noventa, uma grande ênfase foi dada ao estudo da demografia da escravidão e conseqüentemente à família escrava e à criança escrava (Slenes et al, 1987; Klein 1993; Neves 1989, 1993; Falci 1991, 1992, 1993; Motta 1988, 1990; Goldschmidt 1988). De fato, a contribuição da demografia histórica para o estudo da população escrava brasileira foi da maior importância, pois foi possível realizar as mesmas análises que se procediam para a população livre, já que também os escravos eram igualmente registrados nos atos de batismo, casamento e óbito, nos censos coloniais antigos (principalmente a

4 Hoje o Cedhal conta com a publicação *Populações* (Boletim do CEDHAL) sendo o número 05 o último publicado (jan-jul 1997), embora anuncie uma série de outras publicações que serão iniciadas em breve.

partir dos finais do século XVIII), e desta forma a demografia histórica mostrou ser, talvez, a forma mais democrática de se fazer história, porque os mais despossuídos puderam falar por si através daquelas fontes, e mostrar de forma clara seus comportamentos demográficos, suas histórias de vida, seus sistemas de compadrio e solidariedades, que de outra maneira permaneceriam obscuros.

Finalmente, nestes últimos anos, houve uma tendência de se aprofundar os temas lançados na década anterior, como a mulher, a criança, a ilegitimidade, o concubinato, enfim, os comportamentos que se desviassem da norma. Entretanto, a abordagem foi renovada em muitos sentidos, pois revelaram-se trabalhos e estudos voltados para o campo da história das mentalidades, isto é buscar tratar as questões relativas ao poder, ao papel dos sexos na sociedade, ao amor, à sexualidade, o corpo feminino, etc. (Vainfas 1989; Goldschmidt 1992; D'Incao (ed) 1989; Londoño 1989; Priore 1989, Azzi 1993; Marcílio (ed) 1993).

Correndo novamente o risco de ser parcial, acredito que a grande contribuição da Demografia Histórica para a História da Família no Brasil, foi aquela de demonstrar através dos seus inúmeros trabalhos que a família no Brasil, como, de resto, também foi demonstrado para outros países, não é única, que existem diversas formas de organização e práticas familiares, e que muitas vezes desviam-se dos padrões sociais e religiosos dominantes, tem como causa direta desequilíbrios ao nível demográfico, e que atuam como soluções encontradas para a sobrevivência e reprodução biológica e social de certas camadas da população. E, nesse caso, é fundamental lembrar a situação latente de desequilíbrio populacional e de sexos que passou quase toda a sociedade colonial e que continuaram a vigorar ainda no Brasil independente.

Finalmente a tendência mais interessante que se esboçou nos inícios de década de noventa foi a tentativa de aproximar o estudo da família em termos da sociedade portuguesa e da sociedade brasileira (a metrópole e a colônia) e neste caso temos os trabalhos de Ramos (1993) e Brettell & Metcalf (1993) e ainda o encontro organizado em 1994 pelo CEDHAL/CERU na Universidade de São Paulo, **Jornadas Internacionais sobre a História da Família**, onde especialistas brasileiros e portugueses puderam discutir e comparar dados de interesse sobre a produção científica dos dois

países. As presenças de Robert Rowland e Maria Norberta Amorim deram a contribuição mais do que necessária e enriquecedora sobre a história da família em Portugal.⁵

Após esta introdução inicial parece-me fundamental analisar alguns resultados dos estudos sobre a história da família no Brasil, à luz da Demografia Histórica.

A questão que tem limitado muito o alcance destes estudos remete-nos necessariamente ao problema das fontes que foram e vem sendo utilizadas para o estudo sistemático da demografia retrospectiva no Brasil. Infelizmente, é necessário sublinhar que fontes que remontem aos primeiros dois séculos de colonização são raras.

Destacam-se os registros paroquiais, as listas nominativas de habitantes (também chamadas maços de população), livros de matrículas de escravos, listas de milícias, visitas do Santo Ofício no Brasil, inventários, testamentos, processos de divórcio, etc. Nos restringiremos às duas primeiras séries mencionadas, pois a maioria dos trabalhos selecionados delas se serviram para suas análises.

Os registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) obviamente constituem a fonte básica e primeira para estes estudos, pois a partir deles se analisa toda uma gama de aspectos comportamentais das populações do passado como, além de darem suporte à técnica de reconstituição de famílias. Contudo cobrem um espaço temporal bastante limitado estando disponíveis, a grosso modo, desde finais do século XVII, embora a partir do século XVIII sejam mais sistemáticas.⁶ A esta deficiência acrescenta-se uma outra, especialmente no que se refere aos registros de óbito, que apresentam para várias localidades um efetivo sub-registro dos falecimentos, além

5 Destaque-se que à nível internacional, uma primeira tentativa de se buscar e analisar as raízes européias nas sociedades americanas foi a sessão coordenada por Robert Rowland, em 1992, no congresso *El Poblamiento de las Americas* (Vera Cruz - México), que reunia comunicações sobre a França e o Canadá francês, a Espanha e a América Espanhola e Portugal e América Portuguesa, onde apresentamos, juntamente com João Arriscado Nunes dados sobre Portugal e Brasil.

6 Muito diferente do caso português, onde se encontram registros que remontam a meados do século XVI.

de, em muitos casos, terem sido efetuados para períodos posteriores, se comparados aos batismos e casamentos.⁷

Com relação aos maços de populações ou listas nominativas de habitantes, constituem exemplos de antigos recenseamentos da população brasileira, efetuados pelo governo metropolitano para melhor conhecer a população da colônia. Segundo Luiz Mott (1978:1196) a lista mais antiga que se tem conhecimento é datada de 1697, e reporta-se à região do atual estado do Piauí, no nordeste brasileiro, no entanto diversas outras localidades dispõem de semelhantes arrolamentos de habitantes, como é o caso, por exemplo, do próprio Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Paraná e São Paulo. No entanto, a Capitania-Província de São Paulo (que na época englobava também o atual estado do Paraná) possui uma série contínua destas listas de habitantes, que cobre o período entre 1765 a 1836, quase que anualmente, o que propiciou inúmeros estudos sobre a população, família e grupo doméstico com base naquela fonte, incluindo dois estudos sobre os grandes proprietários de escravos que empregaram estas listas anuais de habitantes como fonte básica para reconstituir as famílias da elite paulista, sem a utilização dos registros paroquiais (Scott 1987, Bacellar 1987).

Os resultados revelados por estudos que utilizaram os antigos censos coloniais brasileiros indicam características gerais sobre a estrutura da população, índices de fecundidade, nupcialidade, mortalidade, ilegitimidade, bem como dados sobre a família e o grupo doméstico, principalmente a partir do século XVIII que o apontam tendências que contradizem os padrões defendido pela historiografia clássica, baseado nas obras de Gilberto Freire.

A documentação composta por estas listas de habitantes, juntamente com outras fontes, permitiu que se estudasse não só a população livre, mas também a camada composta pelos escravos e, inclusive analisar a própria família escrava. Os resultados mostraram-se mais do que promissores e emergiu uma imagem que mostra não só a constituição de famílias escravas estáveis (Volpi 1982; Slenes

7 Este é o caso por exemplo dos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba (Paraná), que tem os livros de batismos a partir de 1683 e os de óbitos só a partir de 1731 (casamentos 1732), Balhana, 1971:146. A mesma situação foi detectada para a paróquia de Nossa Senhora do Desterro (Santa Catarina) onde os batismos iniciam-se em 1751, enquanto que os óbitos 1792.

1988; Scott & Bacellar, 1990; Florentino & Góes, 1995) mas também as redes de afinidade, estabelecida entre iguais, através dos laços de compadrio (Neves 1989, 1993).

Porém, a especificidade e a diversidade da sociedade colonial no tocante aos processos de ocupação e exploração econômica ao longo de três séculos de dominação portuguesa tiveram impacto direto nas diversas formas de organização familiar que se impuseram, regional e temporalmente distintas. Salientemos alguns aspectos destes processos e que tipo de «organizações familiares» resultaram.

II

As condições de povoamento nos séculos iniciais (século XVI e XVII), centralizado sobretudo no nordeste, em função da exploração da cana-de-açúcar tem fatores que as distinguem sobremaneira. De acordo com Boxer (1969:104) Pernambuco e Bahia eram os mais importantes centros de produção e população pelo menos até 1585. Para termos uma medida de sua importância, Boxer aponta que naquele ano no Rio de Janeiro havia apenas 3 engenhos de açúcar e 150 chefes de domicílios portugueses, enquanto que em Olinda (Pernambuco) existiam 66 engenhos e mais de 2000 domicílios chefiados por portugueses.

Uma vez que inexistem (ou ainda não foram localizados) dados mais abrangentes sobre a população brasileira nesta época, que permitam analisar melhor a composição da mesma, recorreremos àquilo que está disponível, isto é as informações sobre os habitantes do Brasil no século XVI, baseados em dados provenientes das Visitações do Santo Ofício realizadas exatamente nos dois maiores aglomerados de população, em Pernambuco e na Bahia, e que nos dão um quadro parcial da mesma. Vejamos o exemplo da população sujeita àqueles inquéritos, baseados no trabalho de Quirino (1966) que fez uma análise minuciosa de quatro visitas realizadas no Brasil entre 1591 e 1595.⁸

8 Dados extraídos das seguintes fontes: Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Confissões da Bahia, 1591-1592 - Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 2a. ed., Rio de Janeiro, 1935; Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denúncias da Bahia, 1591-1593 - Edição de Paulo Prado, São Paulo, 1925; Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denúncias de

Foram inventariados 437 portugueses, sendo que as principais áreas de proveniência daqueles indivíduos eram o Norte (183), o Centro (39), o Ribatejo (17), a região de Lisboa (93), o Alentejo (48), o Algarve (13), as ilhas adjacentes (38), representando assim, quase a totalidade do território português. Bahia e Pernambuco eram as capitanias mais habitadas, e eram as regiões com os maiores contingentes de população originária de Portugal (285 para a Bahia e 271 para Pernambuco).

Dos 625 indivíduos arrolados, incluindo portugueses e não portugueses, 60.9% são pessoas naturais de Portugal, 7.4% do Ultramar e Ilhas adjacentes, 24.5% são brasileiros e 7.2% de outras nacionalidades. Destes dados conclui, o autor, que: «A sociedade que está se formando no Brasil na época que estudamos, é predominantemente portuguesa. O número de pessoas para aqui vindas de Portugal e Ultramar (68.3% de toda a população) por si só é suficiente para demonstrar a predominância desta gente.» (Quirino, 1966:20).

Entre os portugueses arrolados, houve uma predominância completa dos imigrantes originários do Norte, e com efeito os nordestas vindos para o Brasil predominavam em cada uma das regiões abrangidas pelas visitas, seja em Pernambuco 58.6%, Bahia 35.9% e nas outras 48.7%.

A composição por sexo e idade daquela população indica que no Brasil do século XVI, havia uma predominância do sexo masculino sobre o feminino, na proporção de 73.6% de homens e 26.4% de mulheres, e que na estrutura etária predominavam indivíduos jovens, pois 77.6% estava entre os 20 e os 50 anos, na idade de produtividade máxima.

Interessante é notar que os dados apontam que tanto entre os naturais de Portugal e Ultramar quanto entre os brasileiros os homens eram mais jovens que as mulheres.

Pernambuco, 1593-1595 - Edição de Paulo Prado, São Paulo, 1929; «Terceiro Livro das Reconciliações e Confissões da Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição no Brasil, a qual fêz o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça por especial comissão de Sua Alteza - Em Pernambuco» - manuscrito inédito microfilmado pelo Prof. José Antonio Gonsalves de Mello, na Torre do Tombo, Lisboa (Brasil -Códice 19).

A situação dos sexos quanto ao casamento era marcadamente diferenciada. As mulheres casavam muito mais cedo que os homens. Usando como total apenas os indivíduos que declararam o seu estado civil, os dados analisados por Quirino revelam que, enquanto 100% dos elementos do sexo masculino até 19 anos eram solteiros, somente 27.3% dos elementos do sexo feminino na mesma faixa etária o eram. Isso significa que 72.7% das mulheres casavam antes do 20 anos, com homens que tinham sempre mais do que essa idade.

Os homens pelo contrário casavam tarde. A percentagem de solteiros não desce para menos da metade, a não ser depois dos 30 anos. Ainda na faixa etária entre 30 a 39 anos 41.3% dos indivíduos do sexo masculino eram solteiros.

Pernambuco e Bahia caracterizavam-se naquela época, nitidamente, como sociedades de imigração, apresentando características muito específicas como, por exemplo, mais de 70% da população nascida em outros lugares, que não o de residência (com presença significativa do português do norte), forte predominância do sexo masculino e grande quantidade de homens solteiros ou casados não acompanhados das esposas.

Se estas, a grosso modo, foram as características do processo de ocupação do Brasil no período inicial da colonização, voltaremos nossa atenção para o que teria acontecido, digamos, um século mais tarde.

Tomaremos como ponto de partida alguns trabalhos que estudaram a população brasileira do sertão nordestino, ocupado a partir da atividade pecuária e a área do sul/sudeste, englobando a região de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Todas estas áreas sofreram processos diversos de ocupação e exploração econômica.

A ocupação do interior do nordeste, o chamado sertão nordestino, por exemplo, calcado sobretudo na exploração da pecuária, apresenta processos de povoamento e ocupação do espaço econômico, baseados na pecuária extensiva, e que foram analisados por Mott (1978). O autor faz uma análise da estrutura demográfica nas fazendas de gado, utilizando como caso-estudo o Piauí Colonial. A afirmação inicial já nos alerta para a especificidade da evolução demográfica com aspectos '*sui-generis*' se comparado com as outras regiões brasileiras, notadamente as regiões do nordeste açucareiro

(Mott, 1978:1196). As fontes básicas utilizadas foram duas listas nominativas de habitantes, a primeira de 1697, e uma segunda, datada de 1762.

De acordo com este autor, a conquista e povoamento das zonas áridas do nordeste foi motivada pela expansão da economia açucareira, que dependia do gado bovino e cavalar não só como alimento, mas sobretudo para transporte e força motriz dos engenhos. A fazenda de gado foi o germe de povoamento desta região, constituindo o modelo dominante de ocupação do território. No entanto, a proliferação das fazendas de gado se deveu, sobretudo a partir do século XVIII, à crescente importação de boiadas pela região aurífera de Minas Gerais.

A fazenda de gado seria, por força, de grandes dimensões (pecuária extensiva) e distantes umas das outras.

A população do Piauí no ano de 1697 era composta de 438 indivíduos, sendo 90.9% do sexo masculino. Deste contingente, 97.8% eram solteiros, e somente 2.2% casados. A distribuição da população por etnia, nos indica que o grosso era constituído por negros, seguidos pelos brancos. Entre os indivíduos do sexo masculino, 51.0% eram negros e 38.7% brancos. Quanto à idade, quase 98% da população (97.8%) eram adultos.

Em outras palavras, a população do Piauí no fim do século XVII demonstrava ser formada por uma frente pioneira de homens-vaqueiros, num meio hostil e austero, onde só havia lugar para o trabalho masculino. Mais do que isso, Mott afirma que era uma sociedade com reduzidíssima vida social: domínio quase exclusivo de homens, existindo apenas 5 casais e unicamente 10 crianças. O padrão típico da fazenda de gado do Piauí colonial seria formado com a presença de um vaqueiro branco (arrendatário de senhores absenteístas) acompanhado de um ou dois escravos negros. Esta composição elementar caracterizaria 48% das fazendas arroladas.

O Piauí, em 1772 contaria com uma população bem maior, distribuída em 3.034 fogos, sendo que tão somente 360 localizados em 'áreas urbanas' (11.8%). Do total de fogos existentes, nada menos que 88.2% estavam compreendidos entre as 930 propriedades rurais, das quais 578 eram fazendas de gado e 352 sítios de lavoura. De uma população total de 19.191 habitantes, nesse mesmo ano, 85.9% moravam dispersos na zona rural, e 14.1% viviam em vilas ou subúrbios.

O crescimento da população desta área foi enorme. Em pouco mais de um século passou de 438 habitantes (1697) para 51.721 (1799) (Mott, 1978:1200). No entanto, a análise da origem desta população demonstra que praticamente não houve imigração direta de reinóis para o Piauí, e segundo o autor citado, os brancos ali existentes devem ter vindo provavelmente da Bahia e do Maranhão. Isto é, a imigração do Piauí, notadamente nas primeiras décadas do século XVIII provém do próprio Brasil, da zona açucareira nordestina, diferentemente do que ocorreu com a zona litorânea do nordeste brasileiro.

O peso da presença do branco colonizador na composição da população global diminuiu sensivelmente, pois se em 1697 era de 35.3%, caiu para apenas 16.7% em 1772. Daí se verifica que a grande maioria da população era «de cor», isto é, 83.3% do total, predominando aí os mestiços.

A análise de uma amostra mais detalhada da população é aquela, ainda apresentada por Mott, efetuada a partir do Rol da Desobriga da Freguesia de N.S. da Vitória da Mocha, para o ano de 1762. A relação, apesar de amostral, é bastante significativa pois inventaria 30% do total das propriedades rurais da capitania, cobrindo um total de 302 fogos (20% dos domicílios da zona rural) nos quais viviam 2.406 pessoas (18.8% da população global). Esse documento permite analisar a composição e estrutura das fazendas de gado da região em meados do século XVIII.

As primeiras indicações revelam que 70% das fazendas possuíam apenas um domicílio, e havia o predomínio dos domicílios com família conjugal (50.3%). Os domicílios com estruturas mais complexas somavam quase 23%, sendo 6.7% de domicílios com famílias extensas, sendo o padrão mais comum a co-residência de sobrinhos em casas de seus tios. Os domicílios com mais de um núcleo familiar compunham 16.2%, mas ressalte-se que eram mais frequentemente compostos pela co-habitação de casais sem filhos e não aparentados. O padrão de residência pós-matrimonial era o neolocal.

Se analisarmos os domicílios múltiplos e considerarmos aqueles que possuíam um núcleo secundário descendente, veremos que tal padrão aponta uma predominância nas famílias mais abastadas ou ilustres, pois além de brancos possuíam, em geral, mais escravos do que a média.

Uma outra particularidade apresentada pelos domicílios dessa zona de pecuária extensiva foi o grande peso dos domicílios sem

estrutura familiar, representando quase 24% do total. Parece lícito supor que este tipo particular de organização residencial foi incrementada devido às especificidades da ocupação econômica predominante na área. Por outro lado, os domicílios solitários seriam desestimulados, compondo apenas 3% do total.

A ocupação do nordeste brasileiro, como vimos, indica aspectos interessantes e diferenciados. Em primeiro lugar verificamos que no período inicial da ocupação havia o predomínio da população masculina, isto tanto com referência a zona açucareira no fim do século XVI, quanto na zona do sertão pecuarista no fim do século XVII e mesmo em meados do XVIII.⁹ No entanto, a ocupação das áreas se dá de forma diferenciada, a primeira com uma contribuição substantiva de imigrantes provenientes da metrópole, enquanto que para o sertão deslocaram-se populações provenientes de áreas vizinhas, descartando o influxo de reinóis na região. Infelizmente não dispomos de nenhuma lista de população ou róis de confessados que fossem anteriores àquela apresentada por Mott, e isso não nos permite comparar a estrutura domiciliar nas duas áreas do nordeste selecionadas.

Se a área pioneira de colonização portuguesa no Brasil (nordeste açucareiro) e o sertão nordestino tiveram uma ocupação territorial e populacional diferenciada, mais particular ainda foi a ocupação das outras zonas do interior da colônia.

Até a primeira metade do século XVII os núcleos populacionais da colônia, a grosso modo, concentravam-se na faixa litorânea, basicamente ligados à produção da cana de açúcar. Contudo, a descoberta de metais preciosos em 1695, provocou um dos maiores deslocamentos populacionais jamais vistos na colônia.

Como conseqüência do descobrimento destas minas no interior do Brasil (região centro-sul) rapidamente processou-se uma grande corrida aos locais onde haviam sido encontrados os metais preciosos. Fluxos enormes de pessoas deslocaram-se da zona litorânea, deixando as cidades e as áreas de agricultura para dirigir-se à região que logo ficou conhecida como as Minas Gerais. A onda emigratória que se seguiu foi volumosa, não só propiciando o desloca-

9 A estrutura por sexo do Piauí em 1772 aponta uma população de 10.669 homens contra 8.522 mulheres (Mott, 1978).

mento de populações dentro da própria colônia, mas atraindo uma imigração transoceânica, da metrópole para a colônia, chegando a atingir índices de 4 a 5 mil indivíduos por ano. Obviamente houve não só um crescimento da população livre mas e fundamentalmente da população escrava, e em 1720 estima-se que os cativos em Minas Gerais somavam 35.000 almas.

A descoberta dos metais preciosos no fim do século XVII propiciou pois, a ocupação de uma área que até então permanecia praticamente desocupada. E já no último quartel do século XVIII (1775) a população da Capitania de Minas Gerais chegava a 300.000 habitantes, sendo metade constituída por escravos. Isso significava nada menos que 20% da população total da colônia, transformando Minas Gerais na capitania mais populosa do Brasil.

Do ponto de vista da colônia, a descoberta dos metais preciosos não só abriu novas áreas de ocupação territorial, mas criou novas demandas, fortalecendo o mercado interno local. Como vimos, incentivou o surgimento de fazendas de gado não só no sertão nordestino mas também em áreas do Brasil Meridional (basicamente Rio Grande do Sul) e propiciou o deslocamento da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (porto mais vizinho à zona mineira e também próximo da fronteira sul - região do Rio da Prata).

Que conseqüência trará essa conjuntura específica aos comportamentos sócio-demográficos dessa área?

Os estudos que se ocupam da análise da demografia mineira são vários, basicamente desenvolvidos por Iraci Del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, Donald Ramos, entre outros. Infelizmente porém, a maioria das fontes que trazem dados de caráter social são praticamente ausentes para Minas Gerais no período do 'boom' econômico (1695-1726). De fato, há uma insuficiência de documentação quantitativa até por volta de 1750 (período no qual a economia mineira começa a entrar em decadência) e por isso a maioria dos estudos se concentram nas décadas finais do século XVIII e primeiras do século XIX. Estudos que tratam do século XVIII valem-se basicamente dos registros paroquiais e material qualitativo (Ramos, 1989).

De acordo com Ramos (1978:362, 1989:1) os efeitos da descoberta de metais preciosos nesta região causaram o maior impacto na história demográfica do Brasil. Milhares e milhares de homens, livres e escravos povoaram uma área que até então (1695) era ocupa-

da por índios. Rapidamente nasceram e cresceram cidades (Vila Rica, Sabará, São João del Rey etc.) que formaram o núcleo inicial da capitania que foi criada em 1720. No entanto, no arco de meio século aproximadamente (por volta de 1750) as minas entraram em decadência. A partir daí, a base econômica da capitania deslocou-se para a agricultura, com a produção de gêneros de subsistência para o consumo local ou regional e mais tarde (primeira metade do século XIX) desenvolveu uma produção primeiro de cana e depois café.

Ramos examinou 5 comunidades mineiras exatamente no período de transição da economia baseada na prospecção de metais para aquela baseada na agricultura, incluindo um centro urbano (Ouro Preto) e quatro comunidades rurais. Teve o cuidado também de selecionar entre estas comunidades tanto em áreas de antiga colonização (zonas de mineração) e em áreas que estavam envolvidas apenas em atividades agrícolas, utilizando como fonte básica os censos manuscritos de população do início do século XIX.

O primeiro traço distintivo destas comunidades refere-se à distribuição desta população por sexo. Para a população livre na zona mais antiga a população feminina é maior que a masculina. Para Ouro Preto para cada 100 mulheres temos 75 homens, 97 para Cachoeira e 88 para Matosinhos. Nas zonas de ocupação mais recente a população masculina livre predomina: 101 homens para 100 mulheres em Ribeirão de Alberto Dias e 131 em Capela Nova. A distribuição por sexo reflete a passagem de mineração para a agricultura. A ausência de homens livres nas zonas mais antigas de ocupação refletem a emigração de indivíduos bem como uma mortalidade diferencial. Nas zonas de ocupação mais recente indicam o poder de atração das mesmas.

A composição racial da população livre indica que nas zonas mais antigas os brancos compunham uma parcela menor da população (Ouro Preto 32%, Cachoeira 11.2% e Matosinhos 14.1%), enquanto que o mesmo não ocorria nas zonas de agricultura, onde a população branca estava acima de 60% (62.7% para Ribeirão de Alberto Dias e 67.7% para Capela Nova).

Os dados fornecidos pelos censos permitiram a análise da unidade residencial e verifica-se que o seu tamanho variou e muito. Obviamente o tamanho médio será alterado se considerarmos ou não os escravos. Se consideramos os escravos, teremos unidades residenciais que variaram entre 4.7 (Ouro Preto - área urbana de

colonização antiga e em declínio) até 12.4 (Capela Nova - área de ocupação mais recente baseada na agricultura e em expansão). Por outro lado, a exclusão dos escravos nos indica um padrão bem mais homogêneo do tamanho do agregado doméstico, 3.5 para Ouro Preto e 4.9 para Capela Nova. A média geral para as 5 comunidades incluindo os escravos estaria em torno de 6.1 indivíduos, caindo para 4 se excluídos os escravos.

Com relação à estrutura domiciliar Ramos encontrou uma quantidade bastante significativa de domicílios solitários para Ouro Preto, um terço do total, enquanto que para as comunidades pertencentes às zonas agrícolas de ocupação mais recente este tipo de domicílio estava em torno de 4.7% para Ribeirão de Alberto Dias e 14.3% para Cachoeira. Além da própria decadência das áreas de ocupação mais antiga, outro fator que pode explicar esta diferença é que as áreas de agricultura teriam mais condições para suportar unidades maiores.

Por outro lado, a variedade mais típica de agregado doméstico era aquele composto pela família nuclear, incluindo um casal (ligado pelo casamento ou consensualmente). No entanto, novamente a dicotomia urbano/rural influenciou esta variável. Enquanto que para Ouro Preto 43.8% dos grupos domésticos eram chefiados por casais ou viúvos com filhos, para Cachoeira esta taxa elevou-se a 66.4%.

Porém o autor reconhece que outras variáveis exerceram pressão sobre esta característica, por exemplo as atividades econômicas das áreas, o período no qual ela foi ocupada e o resultado do balanço entre os diversos componentes raciais. Para Ramos o casamento estava diretamente relacionado com a raça, brancos casavam-se mais que mulatos ou negros (Ramos 1978:367). A proporção de população que se casava era baixa, e em nenhum dos distritos analisados superou os 40% (Ribeirão chegou a 37.5% - população branca de mais de 60%), enquanto que para Ouro Preto esta proporção caiu para 17.2% (32% de população branca).

A propósito de casamento, também é interessante ressaltar que os casamentos interraciais não eram tão comuns (5.9% em Capela Nova, e índices pouco superiores a 10% e 12% nas quatro comunidades restantes). Isto indica que mais do que a dicotomia rural/urbano, jogava papel decisivo o aspecto racial: maior a proporção de brancos, menor a proporção de casamentos interraciais (Ramos

1978:368). Importante também salientar que estes casamentos mistos se davam de maneira a unir indivíduos que mais se aproximavam, racialmente falando. Envolviam negros que se casavam com mulatos e mulatos que se casavam com brancos. Não houve registro de nenhuma união entre negros e brancos em mais de 300 casamentos que envolviam um dos cônjuges brancos. E a tendência era a de unir uma mulher de status racial inferior ao seu marido.

As mulheres mineiras casavam cedo, com uma idade média ao redor dos 20.8 anos (Ramos, 1978:369). Mas uma verificação mais particularizada para cada comunidade indicou comportamentos bastante diferenciados. Cachoeira e Matosinhos (comunidades rurais e de ocupação antiga) idades mais elevadas (22.3 e 24.1 anos respectivamente), Capela Nova e Ribeirão de Alberto Dias, zonas de ocupação recente e também rurais, apresentaram as idades médias mais baixas (16.6 e 19.9 respectivamente).¹⁰ Onde foram arrolados mais brancos as idades foram mais baixas. Porém é de se ressaltar também que eram as áreas de ocupação mais recente. Com relação à população masculina, esta se casava mais tarde, estando por volta de 7 anos acima da média para as mulheres.

Os dados apontados ainda por Ramos (1989:16) no que se refere à idade média ao casar para as mulheres de Vila Rica, indicam que esta variou ao longo dos anos, possivelmente como resposta à conjuntura econômica mineira que variou ao longo do século XVIII, de uma rápida expansão, numa primeira fase (1695-1726), uma fase de estabilização (1727-1753) e uma declínio a partir de 1753. As idades médias ao casar para as duas últimas fases (impossível realiza-lo para a primeira), indicam que elas se casavam mais cedo durante o segundo período, em torno dos 17 anos, e que a partir da decadência econômica esta idade elevou-se bastante, superando, a partir de 1753 os 22 anos. O declínio econômico teria não só adiado o casamento, como também o nascimento do primeiro filho.¹¹

Outra característica peculiar das vilas mineiras analisadas refere-se à grande quantidade de domicílios chefiados por mulhe-

10 Autor esclarece que dados sobre Capela Nova poder estar distorcidos pelo pequeno número de casos analisados.

11 Dados obtidos através da metodologia de Reconstituição de Famílias (Ramos, 1989:2).

res, em torno de 33% do total, apesar deste tipo de organização domiciliar está concentrado entre as mulheres negras. Obviamente também aqui a diferença cidade/campo apresentou-se: para Ouro Preto encontramos índice de 40.4% de domicílios chefiados por mulheres, enquanto que para Capela Nova registraram-se apenas 7.7%. Do total de mulheres que chefiam seus fogos, 61.0% eram solteiras, isto é, não receberam este encargo de um homem que as tenha abandonado ou morrido.

Em estudo mais recente sobre a mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto, entre 1754 e 1838, Ramos (1989) afirma que esta característica é um componente significativo da sociedade de Vila Rica desde o século XVIII, e embora não existam censos para Minas Gerais para esta época, esta afirmação pode ter base nas altas taxas de ilegitimidade encontradas, entre 25% e 50% de todos os nascimentos na paróquia de Antonio Dias (uma das duas que compunham Vila Rica) entre 1719-1826, índices encontrados por Costa (1979: 222-227).

Para o século XIX, existem dois levantamentos censitários para Minas Gerais, o primeiro em 1804, revela que 45% de todos os domicílios de Vila Rica eram chefiados por mulheres, e no segundo recenseamento, realizado em 1838, 40.3% tinham como chefe uma mulher. Tanto o censo de 1804, como o de 1838 demonstram que para Vila Rica, o equilíbrio entre os sexos era bastante prejudicado, pois entre a população livre havia uma desproporção em favor das mulheres, sempre em maioria, na razão de 81:100 em 1804 e de 74:100 em 1838. Esse desequilíbrio entre os sexos tinha como consequência um grande número de mulheres adultas e livres que não se casavam.

Se observarmos os dados apresentados por Ramos, no que concerne à população livre feminina, segundo sua composição racial, e a percentagem de mulheres de cada grupo que chefiava um domicílio, encontraremos uma configuração que está muito próxima da configuração da população livre e feminina de Vila Rica. Isto é, se para o ano de 1804 a população composta por mulheres brancas e livres era de 8.1%, dessas mesmas mulheres aproximadamente 10% chefiavam seus domicílios, assim como as mulatas que perfaziam 37.3% da população feminina total chefiavam 38.2% do total de domicílio chefiados por mulheres, as negras (entre crioulas e africanas) somavam 54.6% da população livre feminina e chefiavam

51.3% dos domicílios encabeçados por mulheres). A sincronia entre as proporções se repete para o censo de 1838, com respectivamente 30.3% de brancas livres que chefiavam 30% dos domicílios, 52.9% de mulatas livres que chefiavam 52.2% de domicílios e 16.7% de negras (crioulas e africanas) que chefiavam 17.8% dos domicílios chefiados por mulheres.

Isto sem dúvida é uma das peculiaridades de Vila Rica, em confronto com outras localidades mineiras.

Com relação aos domicílios complexos foram encontrados em proporção muito pequena, e sua importância declinou do início do século XIX (1804) aos anos de 1830. Em Ouro Preto, representavam 12.2% em 1804 e apenas 6.5% em 1838, e de 20.1% em Cachoeira (1804) para 5.3% (1838). A ausência de número significativo de domicílios que reuniam ao mesmo tempo três gerações pode ser atribuído às taxas de mortalidades elevadas, embora mais estudos sejam necessários para avaliar estas hipóteses.

O maior peso dos estudos da demografia retrospectiva do Brasil, no entanto, não está concentrado nas regiões mencionadas anteriormente. De fato o número mais significativo de trabalhos nessa área está concentrado em estudos que analisam São Paulo, Paraná, existindo ainda alguns sobre a região mais sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Referiremos, em princípio, à conjuntura específica de povoamento desta região.

Iniciamos pois, com o caso muito particular, da ocupação e povoamento do Brasil Meridional, área que corresponde aos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e que processou-se tardiamente (meados do século XVII). A partir do fim da União Ibérica (1580-1640), através do chamado «avanço vicentista», incursões de paulistas nessa área meridional procederam-se, na busca do apresamento da mão-de-obra indígena, e alcançaram o território catarinense.

A primeira iniciativa mais estável de fixação, no que corresponde ao atual estado de Santa Catarina, ocorreu quando o bandeirante Manoel Preto solicitou ao Conde de Monsanto a governadoria da Ilha de Santa Catarina, obtida em 1629. Anos mais tarde Antônio Fernandes requer a obtenção de uma sesmaria na Ilha de São Francisco, obtida em 1642. Em 1658 inicia-se o povoamento da Ilha de São Francisco, em 1662 parte de São Paulo Francisco Dias Velho, acompanhado de mulher filhos e 500 índios domesticados, acom-

panhado por outro branco, José Tinoco e respectiva família, bem como 2 padres jesuítas, na Ilha de Santa Catarina, dando origem à freguesia de Nossa Senhora do Desterro. Mais ao sul, foi também fundada a povoação da Laguna, em 1684, por Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco de Brito Peixoto. Portanto, estes núcleos iniciais no litoral catarinense nasceram a partir do deslocamento de paulistas para aquela região.

Estes estabelecimentos pioneiros continuaram a receber outros povoadores que requeriam sesmarias para fixaram-se à terra. Assim, de acordo com algumas estimativas o núcleo do Desterro (Santa Catarina) possuía em 1712 uma população branca de 147 indivíduos. Porém, em meados do século XVIII, a população branca que ocupava o Brasil Meridional sofreu um grande acréscimo, proveniente do deslocamento dos chamados «casais açorianos», que para aquela área se dirigiram, entre 1747 a 1756. Estima-se esse crescimento em pelo menos 6000 indivíduos numa área que até então predominavam fracas densidades demográficas. Estreitamente vinculado à esse crescimento populacional tem-se a criação e instalação de um número significativo de novas freguesias, o que se inseria perfeitamente na política metropolitana de ocupação e fixação de populações nos territórios limítrofes ao domínio espanhol, áreas estas passíveis de disputas jurisdicionais. Da ocupação inicial da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiro partiram outras correntes de povoamento açoriano em direção ainda mais ao sul, para o Continente do Rio Grande de São Pedro.

A vinda destes imigrantes açorianos, pela primeira vez compreendendo igualmente homens e mulheres (os casais açorianos), seguramente deve ter causado enorme impacto demográfico nesta região, no entanto poucos estudos de caráter demográfico foram realizados até agora para que tenhamos uma real noção do mesmo. Para o caso do Rio Grande do Sul foram publicados os trabalhos de Queiroz (1987 e 1989) sobre a vila do Rio Grande e outro de Silveira (1989). Para Santa Catarina, dispõe-se de algumas dissertações de mestrado não publicadas, mas poucas cobrem o período de chegada destes imigrantes para avaliar o impacto demográfico sofrido, devendo-se o fato, à carência de livros de registros paroquiais para a maioria das vilas que remontam ao século XVIII, época na qual se processou mais efetivamente a ocupação do território, concentrando-se as fontes apenas no século XIX. Desconhecemos a

existência de quaisquer listas de habitantes ou contagens de população para essa época e que tenha sido relatada nos estudos a que tivemos acesso, por isso não é possível discutir a questão da formação e evolução dos agregados domésticos.

Dos poucos dados a que pudemos ter acesso, no que se refere a comportamentos nupciais, baseados no estudo dos registros paroquiais existentes, encontramos que para o Rio Grande do Sul, no século XVIII, a grande maioria dos casamentos se dava entre cônjuges açorianos, apesar de naquela região encontrarem-se habitantes originários tanto de Portugal Continental quanto brasileiros de diversas origens (paulistas, mineiros, fluminenses, catarinenses).

Os dados apresentados por Silveira (1989) indicam que dos casamentos ocorridos na Freguesia de N.S. do Bom Jesus de Triunfo, que envolveram açorianos no século XVIII, 64.4% foram uniões entre cônjuges açorianos e 35.6% foram uniões em que apenas um dos cônjuges era de origem açoriana. Porém estes dados devem considerar que a população açoriana do Continente de São Pedro representava nessa época dois terços do total.

No caso da Província do Paraná, criada em 1853, e que até então fazia parte do território paulista, a maior parte dos estudos também provém de dissertações ainda não publicadas. Neste caso, utilizaram-se como fontes básicas os registros paroquiais e as listas nominativas de habitantes.

Quanto à ocupação e ao povoamento desta área, à semelhança de todo o Brasil Meridional, se deu tardiamente, em meados do século XVII. Por volta de 1720, estima-se que a população estivesse em torno de 3.400 indivíduos, distribuídos entre Paranaguá (2.000) no litoral, e em Curitiba (1.400) no interior.

Durante o século XVIII, e nos termos da política portuguesa de ocupação do território meridional brasileiro, registraram-se mais incursões ao interior e houve, conseqüentemente, uma maior ocupação e povoamento dos espaços. No entanto, e diferentemente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a população do Paraná tradicional não contou com fluxos intensos seja de reinóis seja de ilhéus. Por exemplo, um estudo sobre a população de Curitiba na segunda metade do século XVIII, baseado nos registros de casamento, indica que apenas 6.9% dos homens que se casaram eram originários de Portugal (de um total de 1.646 indivíduos), enquanto que para as mulheres que se casaram apenas duas eram portuguesas. Os dados

apresentados (Burmester, 1981:172-176) indicam que do conjunto dos indivíduos que se casaram em Curitiba, apenas 3.5% vinham da metrópole, sendo o restante composto basicamente por indivíduos nascidos no Brasil.

O caso de Curitiba não parece ser a exceção no caso paranaense, pois também na freguesia de Santo Antônio da Lapa encontraram-se baixos índices de indivíduos provenientes de Portugal, que entre o final do século XVIII e início do XIX representavam apenas 1.5% dos homens que se casaram na Lapa (apenas 14 indivíduos dos 947 para os quais se conhece a origem), enquanto que nenhuma mulher de origem portuguesa foi registrada.

A população paranaense teve seu contingente populacional reforçado basicamente através da vinda de indivíduos originários de São Paulo, que na época registrava uma população em crescimento (Marcílio, 1977).

Os estudos sobre a estrutura e composição da população paranaense apontam que a população branca em relação à população total sempre foi maioria (59.7% em 1798 e 58.3% em 1830). A população livre sobrepujava a escrava numa proporção de 4 para 1. Uma análise mais detalhada da população livre, verifica-se que os brancos, entre 1798 a 1830 representavam quase 70% do total, enquanto que os mestiços 28%, e os negros estariam em torno de 2% do total.¹²

O perfil da população do Brasil Meridional, baseado na presença luso-brasileira, será modificado durante o correr do século XIX, quando foram registradas as primeiras fundações de colônias de europeus, provenientes da Alemanha, Polônia, Ucrânia, Itália, França, Suíça, que vieram instalar-se naquela região.¹³ E neste caso existem vários estudos sobre essas populações não-luso-brasileiras, que tratam dos comportamentos demográficos específicos das mesmas. Ressalte-se por exemplo os trabalhos sobre a comunidade evangélica luterana de Curitiba publicados por Nadalin e Bideau que analisam a transformação dos padrões demográficos daquela população.

12 Cálculos efetuados a partir dos dados de Balhana, 1977.

13 Primeira colônia fundada no Paraná, a Rio Negro, em 1829 com 248 imigrantes alemães; 1847 Colônia Tereza com 87 imigrantes franceses; 1852 Superagui, com 85 imigrantes suíços. Além das colônias fundadas em Santa Catarina durante o século XIX, como a Angelina por exemplo.

Finalmente a última área para a qual existem estudos de demografia retrospectiva, no caso, a Capitania de São Paulo, selecionamos alguns trabalhos que utilizaram a reconstituição de família como técnica básica de análise, e que tiveram como fonte básica as listas nominativas de habitantes (Scott, 1987 e Bacellar, 1987) e registros paroquiais e listas nominativas conjuntamente (Marcílio, 1986; Bacellar, 1994).

Estes trabalhos são significativos porque através deles podemos ter uma visão um pouco mais detalhada da sociedade porque contrapõem ao exemplo de uma comunidade camponesa (Marcílio, 1986), ou uma comunidade voltada à comercialização de gado e produção de gêneros para abastecimento local (Bacellar, 1994), ao grupo restrito dos maiores proprietários de escravos da capitania (Scott, 1987; Bacellar, 1987).

O grupo dos grandes proprietários de escravos, era composto por uma 'elite branca',¹⁴ que estaria entre 1 a 4% do total da população, correspondendo a pouco mais de quinhentos proprietários para toda a Capitania-Província de São Paulo.

Nos deteremos na análise dos domicílios que possuíram um limite mínimo de escravos determinado, especificamente aqueles que faziam parte da região do Oeste Paulista e de duas outras regiões, a saber: Vale do Paraíba e cidade de São Paulo e vilas vizinhas.¹⁵ A exploração das fichas de família e de uma parte dos domicílios dos grandes proprietários, de forma longitudinal, permitiu recuperar os comportamentos demográficos específicos da família do grande proprietário, especialmente no que se refere à nupcialidade e fecundidade legítima,¹⁶ bem como aos mecanismos de formação e reprodução do agregado doméstico.¹⁷

14 O termo «elite branca» toma como referência básica, os dados arrolados a partir da documentação utilizada, os antigos censos nominativos, que traziam discriminada a cor dos indivíduos recenseados.

15 Para maiores esclarecimentos vide Scott (1994) Família, Casa e Fortuna: Os Grandes Proprietários de Escravos em São Paulo (1765-1836). Boletim de la Asociación de Demografía Histórica.

16 Todos os dados aqui apresentados foram obtidos através da reconstituição das famílias dos grandes proprietários, efetuada a partir de uma adaptação da metodologia de Louis Henry.

17 Para maiores esclarecimentos sobre a metodologia utilizada, tanto para a reconstituição quanto para a análise do grupo doméstico, vide SCOTT 1987.

Antes de penetrarmos na análise destas características da elite proprietária de grandes escravarias e das vilas de Ubatuba e Sorocaba, faz-se necessário algumas palavras sobre a região geográfica que foi objeto de destaque.

A capitania de São Paulo até segunda metade do século XVIII era caracterizada por uma pobreza generalizada, pois até aquele momento esteve à margem do desenvolvimento econômico da colônia, porque não produzia gêneros de interesse para circuito internacional de exportação, limitando-se quase que exclusivamente ao cultivo de subsistência e abastecimento local.

Esta situação foi alterada no último quartel daquele século, devido a uma série de circunstâncias favoráveis que contribuíram para reverter o quadro de estagnação que vinha caracterizando a região. De um lado, a mudança política imposta por Pombal, que influenciado pelo pensamento ilustrado e pelo fisiocratismo, procurou implementar a produção agrícola, especialmente a monocultura de exportação na colônia portuguesa. Por outro lado, contribuiu também uma conjuntura externa favorável à produção da cana de açúcar na colônia portuguesa no continente americano, causada pelas rebeliões no Haiti, que desestruturaram a produção do maior concorrente ao açúcar brasileiro. Ao mesmo tempo, um substancial crescimento de população foi verificado (Marcílio, 1974 e 1977) o que possibilitou a concretização das medidas propostas por Pombal, que buscavam incentivar o renascimento da agricultura de exportação na área.

Neste contexto de mudança, caracterizado pela reintrodução da agricultura monocultora de exportação e que trouxe consigo a implantação da mão-de-obra do escravo negro em território paulista onde, até então, predominava o trabalho livre e familiar, estão inseridas as áreas privilegiadas de análise, o Vale do Paraíba e a região da Cidade de São Paulo e arredores, o Oeste Paulista e a vila de Ubatuba no litoral norte paulista.

Início minhas considerações a partir da análise de alguns aspectos da nupcialidade e do agregado doméstico dos grandes proprietários de escravos, que revelaram padrões peculiares a este grupo que não eram compartilhados por outras camadas mais pobres da população livre.

Em primeiro lugar há que se destacar que a união legítima, de acordo com as regras sociais e religiosas, era a norma.

O mesmo nem sempre ocorria com outros segmentos da população, onde predominavam as uniões consensuais, porém estáveis. Os índices de ilegitimidade, por exemplo, entre a população livre encontrados em diversos estudos podem ilustrar bem a situação de algumas regiões. Tome-se por referência os resultados apresentados por Venâncio (1986). O autor encontrou índices de ilegitimidade em 4 freguesias (2 no Rio de Janeiro e duas para São Paulo) na segunda metade do século XVIII (1760-1799) que variaram entre 5.5% (Santo Amaro/São Paulo) a 24.7% (São José/Rio de Janeiro). Por outro lado, índices muito mais elevados de ilegitimidade podem ser encontrados, como é o caso de Vila Rica (Ouro Preto) entre 1760-1800, que apresentou 65% de ilegitimidade entre a população livre, porém, os dados para a cidade de Salvador no século XIX (Athaide, sd:164-166) apresentam índices mais elevados ainda que aqueles de Vila Rica, chegando a alcançar proporção próxima aos 70% (67.8%, sendo 51.3% de ilegítimos, somados aos 16.5% de expostos). No entanto, vemos como o fenômeno da legitimidade/ilegitimidade pode ser relativizado na sociedade colonial brasileira se confrontarmos estes dados apresentados para a população livre àqueles da população escrava apresentados por Venâncio (1986), onde encontramos populações escravas que apresentavam índices de ilegitimidade dos mais contraditórios entre si. São José (RJ) com *nascimentos ilegítimos de escravos* beirando os 90% (88.6%) em contraposição aos 40% de *nascimentos legítimos* de escravos para a paróquia de Jacarepaguá (RJ).¹⁸

Para o caso de Capitania de São Paulo, os estudos de Marcílio apresentam dados que também diferem bastante entre si. Enquanto a cidade de São Paulo (século XVIII e início do XIX) apresentou uma taxa de ilegitimidade de 39% (entre naturais e expostos) a análise da comunidade caiçara de Ubatuba, entre 1785 e 1830 apresentou índice de 17% de crianças bastardas (16.4% naturais e 0.6% de expostos). Bacellar (1994: 268), estudando a vila de Sorocaba (São Paulo) encontrou taxas bastante variadas, entre um máximo de 21.5% entre 1737 e 1769 e 5.7% entre 1811-1830.

18 Os dados para a cidade de Salvador no século XIX, a título de ilustração, referentes à população escrava, alcançaram a cifra, quase inacreditável, de 99.5% (Athyde, 1975).

Segundo Marcílio, (1986:183) nas áreas de economia de subsistência a austeridade camponesa era bem maior que em zonas mais urbanizadas. Os dados apresentados parecem corroborar esta afirmação no que concerne à sociedade colonial brasileira, pois os maiores índices de ilegitimidade foram justamente os encontrados em Salvador, Vila Rica, Rio de Janeiro (paróquia de São José) e São Paulo, todas zonas urbanas.

Isso também nos faz pensar na relativização do conceito de concubinação para as populações do Brasil tradicional, onde o custo e a formalidade da cerimônia de casamento poderia dificultar a realização do matrimônio para parcelas significativas da população. Neste contexto a concubinação, como afirma Marcílio, à propósito dos caixas, passou a ser uma categoria amplamente difundida em nosso meio e integrada na vida das populações livres, embora não seja tão clara a aceitação das relações adúlteras, pelo menos entre as populações das áreas de subsistência, caracterizadas por Marcílio, como mais austeras. Conclui, finalmente, a mesma autora, que o código sexual no Brasil estava associado às condições sócio-econômicas prevalentes em cada região. A moralidade das cidades, das zonas mineradoras e de latifúndios era, certamente, mais heterogênea do que nas áreas de subsistência e pecuária¹⁹ e sua variação se dava ainda no interior de cada diferente segmento que compunha a população (Marcílio, 1986:209-210)

No entanto, a mesma autora admite que quando estava em jogo o patrimônio de uma família, estas procuravam sempre legalizar as uniões consensuais. Assim, podemos assumir como característica distintiva da camada dos grandes proprietários a formalização das uniões. Partindo-se desta diferença básica, entre a elite e o restante da população livre, isto é, o casamento como regra, podemos apontar outros comportamentos peculiares à elite proprietária. No que diz respeito à idade média ao casar, por exemplo, encontramos já traços característicos. Senão vejamos, os dados referentes à idade média ao primeiro casamento para os indivíduos do sexo masculino.

19 Mott, (1978: 1206) embora não toque na questão dos índices de ilegitimidade para o caso do Piauí colonial, refere-se à insignificante percentagem das crianças enjeitadas nessa área de pecuária extensiva, o que de certo modo também corrobora a afirmativa de Marcílio.

A análise das fichas de família nos indicaram que a idade média ao casar para os homens da elite paulista proprietária de grandes escravarias era bastante elevada. Para o Oeste 27.7 anos, enquanto que para Vale do Paraíba e cidade de São Paulo e área vizinha estaria situada acima dos 30 anos (30.7 para a cidade de São Paulo e arredores e 32.8 para o Vale do Paraíba). Outros estudos que analisaram o conjunto da população livre para outras áreas da antiga Capitania de São Paulo registraram idades médias mais baixas. Ubatuba (Marcílio, 1986) 21.6; Lapa (Valle, 1983) 24.5; Paraná 22.5 (Balhana e Henry, 1975); Curitiba 27.1 (1710-1769), 26.6 (1731-1798) (Burmester, 1981), Sorocaba 24.7 entre 1700-1810 (Bacellar, 1994).

As mulheres pertencentes à elite paulista mostraram um comportamento em relação à idade média ao casar que descarta a opção por casamentos excessivamente precoces. A historiografia tradicional, baseada em Gilberto Freire (1981), defendia que o costume de as mulheres casarem cedo, aos 12, 13 ou 14 anos era geral no Brasil.

Os estudos de demografia histórica até agora mostraram que o primeiro casamento entre as mulheres, ocorria em média aos 19-21 anos (20.9 Curitiba; 19.2 Paraná; 20.8 Vilas Mineiras;²⁰ 18.9 Lapa; 20.8 Ubatuba; 19.9 Sorocaba). E no caso das mulheres que faziam parte do grupo composto pelos proprietários de grandes escravarias a idade média ao primeiro casamento estaria também dentro dos parâmetros da população livre, sendo de 19.4 anos para a região do Vale do Paraíba e 20.1 para São Paulo e vilas vizinhas, 19,0 para o Oeste Paulista.

Enquanto que para a população livre não encontramos diferenças tão significativas de idades médias ao casar entre homens e mulheres (20 a 24 anos para ambos, com exceção de Curitiba que apresentou idades ao casar mais elevadas para os homens), no caso da elite verifica-se nitidamente um padrão duplo, diferenciado de acordo com o sexo. Casamento tardio para os homens (entre 28 a 32 anos) e média de idade bem mais baixa para as mulheres (em torno dos 19-20 anos). A opção por este duplo padrão tem razões que podem justificá-lo.

20 Ramos, 1986: 369

Um casamento mais precoce para as mulheres da elite aumentaria substancialmente suas chances de uma prole mais numerosa, isto porque já estando casadas em média aos 20 anos, desfrutariam de seu período de fecundidade mais elevada dentro do casamento. Este comportamento favoreceria a continuidade biológica dessas famílias e sua reprodução como grupo, diante dos altos índices de mortalidade existentes.

A mesma explicação pode ser dada em relação às idades médias ao casar para as mulheres livres em geral, casamentos precoces representavam maiores possibilidades de uma prole numerosa, numa sociedade onde não se encontravam entraves quanto a disponibilidade da terra, como é o caso das populações coloniais brasileiras.

Por outro lado, para compreendermos os índices médios muito elevados de idade ao primeiro casamento, para os homens da elite paulista, devemos ter presente outros dados. Em primeiro lugar, a idade média com a qual os filhos deixavam a casa paterna, que estaria ao redor de 20 anos. Em segundo lugar, a regra básica de neolocalidade seguida após o casamento. Ora, o costume de sair do domicílio paterno aos 20 anos, e a idade média ao primeiro casamento girando em torno de 30 anos, nos leva a crer que o intervalo médio de aproximadamente 10 anos entre a saída da casa dos pais e o casamento era o período no qual o jovem buscava reunir as condições materiais indispensáveis para a manutenção de uma família em agregados domésticos independentes dos pais, seja do noivo que da noiva.

As atividades econômicas a que se dedicavam, poderiam ou não estar ligadas a de seus pais, mas o fato é que o casamento só se dava quando estavam aptos a manterem-se independentemente e em agregados domésticos próprios.²¹ No caso das mulheres, as idades médias ao primeiro casamento correspondem às idades médias com as quais deixavam o fogo paterno, isto é, ao saírem da casa dos pais, deixavam a dependência dos mesmos, para passar à do marido.

21 Este comportamento foi mantido na geração seguinte, apenas com uma ligeira queda nas idades médias ao primeiro casamento dos filhos dos grandes proprietários, que como seus pais saíam do domicílio paterno aos 20 anos em média, mas que se casavam por volta de 27 anos (obviamente porque encontraram mais facilidade para obter a independência econômica, através por exemplo da herança dos bens acumulados pela geração anterior).

A combinação das idades médias ao casar dos homens e mulheres pertencentes à elite nos faz refletir sobre como a diferença média de idades entre os cônjuges atuou sobre a duração dos casamentos. O fato dos homens serem muito mais velhos que suas mulheres aliado à sempre presente possibilidade de morte prematura de um dos cônjuges não chegou a repercutir tão negativamente sobre o tempo médio de duração da união daqueles indivíduos. Mesmo com todos estes fatores, encontramos uma duração média de 25 anos para os casamentos. Para o Oeste temos uma duração média de 26.0 anos (fichas MF) e 22.5 para as fichas onde a data terminal de união não é conhecida.

O intervalo de viuvez também revelou padrões diferentes entre os sexos e para as diferentes camadas da população. Enquanto um viúvo pertencente à categoria dos grandes proprietários (excluindo o Oeste Paulista) levava em média 1.8 anos para recompor sua vida conjugal, a mulher da elite deveria esperar em média 3.4 anos.

No caso de uma morte prematura de um dos cônjuges, recompor a unidade familiar entre os camponeses de Ubatuba, por exemplo, era fundamental, pois a viuvez causava a desorganização do grupo de trabalho, de produção e reprodução. Era pois necessário recuperar a unidade familiar quebrada. Camponeses pobres, sem escravos e com filhos pequenos tinham dificuldade em manterem-se sós, e buscavam logo outros casamentos. Porém os dados mostram que o homem o fazia com mais facilidade, e as viúvas encontravam maiores dificuldades em casar-se novamente. Marcílio admite que isso poderia ser parte de um preconceito contra o recasamento das mulheres, mas admite também que é importante não esquecer a pressão de uma sociedade onde as moças em idades de contrair matrimônio eram sempre em maior número que os rapazes, por isso a comunidade não podia permitir com facilidade, a concorrência aos jovens solteiros que as viúvas pudessem lhes fazer. Eram pois baixíssimas as percentagens de viúvas que se casavam com solteiros.

Se para os camponeses o casamento era importante, na medida em que mantinha a organização do grupo enquanto unidade de produção, consumo e reprodução, para a elite o casamento tinha implicações sócio-econômicas também das mais importantes, principalmente no que se refere à manutenção do *status* social e ampliação das fortunas.

Como vimos, os padrões de nupcialidade tem características distintas consoante o grupo social que se aborda.

A pequena dimensão do agregado doméstico em relação também à elite foi comprovada, estando em torno de 5 indivíduos (Scott 1987), o que contradiz a imagem defendida pela historiografia tradicional, pela qual as famílias mais abastadas viviam cercadas de parentes e agregados de toda a sorte, o que constituiria um símbolo inegável de seu poder e prestígio.

Pelo contrário, a análise empírica da família e do domicílio da elite mostrou que raramente outros parentes vinham compartilhar o mesmo teto, e na eventualidade de isso ocorrer, significava na maioria dos casos a presença de um sobrinho órfão, irmão solteiro, tio, e por um período de tempo bastante reduzido. Outra possibilidade seria a co-residência de indivíduos sem qualquer parentesco, os agregados, que de acordo com os dados analisados tiveram sua importância numérica reduzida com o passar do tempo.²²

O predomínio da regra da neolocalidade após o casamento caracterizou o sistema familiar tanto dos grandes proprietários como o da população em geral. No entanto, uma prática interessante da elite foi verificada, qual seja, a que impelia os filhos a sair da casa paterna para fundar um agregado doméstico independente, na maioria vezes morando sozinho ou acompanhado de um escravo, para a partir desta nova unidade domiciliar independente, já formada, casar e manter sua família.

III

Os resultados avançados sobre a população e a família no Brasil, numa perspectiva histórica, apontaram, como vimos, comportamentos e características específicas para determinadas áreas geográficas, espaços temporais e diferentes estratos da população.

Assim podemos destacar, por exemplo, índices de ilegitimidade que poderiam variar enormemente, desde os 5.5% numa freguesia paulista na segunda metade do século XVIII, até quase 90% de outra paróquia no Rio de Janeiro. Variação que estava evidente-

22 Inicialmente, em 1779 quase 70% dos domicílios apresentava agregados em sua composição, para em 1829 essa porcentagem cair para 35%. O número médio de agregados por domicílio caiu de 2.0, em 1779 para 1.2 em 1829. Com relação aos domicílios que apresentaram outros parentes além da família conjugal, atingiram um máximo de 15% em 1818. (Scott, 1987 e 1994)

mente relacionada ao estatuto social dos indivíduos, mas não só, como bem mostrou Venâncio.

Outro dado importante, é o constante desequilíbrio dos sexos, privilegiando normalmente o sexo feminino, e a presença significativa de domicílios chefiados por mulheres, podendo inclusive chegar a representar mais de 40% do total (Vila Rica, 1804). Isto ocasionado por uma sociedade com uma imensa possibilidade de expansão territorial, que impelia a população masculina, essencialmente, a constantes deslocamentos, que deixavam as mulheres desacompanhadas encarregadas da gestão do agregado familiar.

Esta situação gerou inclusive estratégias familiares específicas, principalmente entre as familiares mais abastadas, propiciando a criação de mecanismos de transmissão de bens e patrimônio que privilegiassem certos filhos(as).

O que falta é entretanto fazer a ligação destes comportamentos e estratégias a sociedade «matriz», isto é, com os elementos que já se conhecem sobre a população e a família em Portugal, que apresentam (obviamente não por acaso) imensos paralelos com a sociedade luso-brasileira que se formou na América.

Infelizmente, até muito pouco tempo atrás predominava um quase completo desconhecimento sobre a historiografia portuguesa sobre a família e temas afins. Normalmente, encontra-se nos trabalhos brasileiros muito mais referências e comparações à estudos e resultados veiculados sobre países europeus (França e Inglaterra eminentemente) ou até dados sobre estudos norte-americanos, e uma quase ausência da bibliografia referente à Península Ibérica, nomeadamente Portugal e, em especial, às áreas de emigração por excelência ao Brasil, representado pela região norte do país.

Neste sentido, são fundamentais os trabalhos de Brettell & Metcalf e Ramos, já citados ao longo deste texto, que procuram mostrar as semelhanças e, porque não dizer, as raízes de muitos comportamentos brasileiros detectados e que constituem em muitos casos ecos de tradições familiares e culturais portuguesas, adaptadas ou reinventadas além-mar.

Um exemplo disso, pode ser a análise e comparação de alguns mecanismos de transmissão de patrimônio encontrados em estudos referentes a ambos os países, especialmente no caso dos grandes proprietários.

E, até onde os estudos atuais nos permitem ir, seria exatamente nas estratégias de transmissão onde talvez se verificasse uma maior aproximação aos modelos do norte de Portugal. Esta possível relação foi sugerida por dois trabalhos. O primeiro um estudo sobre uma pequena vila da Capitania de São Paulo, Santana de Parnaíba (Metcalf, 1983 e 1986), onde a autora admite que os princípios igualitários das leis de herança e tradição cultural portuguesa, aliados à estrutura econômica e política imposta por Portugal e a presença de uma vasta fronteira foram fatores que influenciaram o desenvolvimento daquela sociedade. Esses fatores produziram determinadas estratégias familiares entre a elite de Santana de Parnaíba que encorajavam a transferência matrilinear da terra, levavam à migração dos filhos para as áreas de fronteira, favoreciam o genro e deserdevam sistematicamente alguns filhos em cada geração. O herdeiro favorecido, que sucedia os pais na gestão da propriedade familiar era em muitos casos a filha, que casava em casa, enquanto que aos filhos restava como uma das alternativas possíveis a migração (Vide também Brettell & Metcalf, 1993, onde as autores também tratam desta questão).

O segundo estudo já citado anteriormente é o de Bacellar (1987) sobre os grandes proprietários de escravos do Oeste paulista. A análise de algumas destas famílias no que se refere à transferência do patrimônio em terras, escravos e engenhos também indicou que a partir do enriquecimento destas poucas famílias foram criados mecanismos que não somente propiciassem a concentração de capitais, mas que os reproduzissem ao longo das gerações (Bacellar 1987:270). Este mecanismos foram desenvolvidos de forma a se adequar às particularidades da sociedade local, muitas vezes burlando a legislação existente, especialmente visando ao não fracionamento dos bens. Nesse sentido, buscava-se a concentração da propriedade nas mãos de poucos sucessores. Ou seja, na prática beneficiava-se um herdeiro ou mais herdeiros, através comumente da terça, enquanto que os demais eram encaminhados para a frente pioneira, onde as terras em abundância permitiam a fixação dos mesmos sem que houvesse a necessidade de tão grandes capitais. A questão de se definir o(s) herdeiro(s) favorecido(s) ainda pairam dúvidas.²³

23 O trabalho de Moura (1978:7) indica que o herdeiro concentrador seria em geral homem, enquanto que os 'cedentes' seriam normalmente as mulheres.

Os estudos sobre o sistema de herança no norte de Portugal indicam padrões relativos ao casamento, herança e migração que se aproximam muito do que foi descrito por Metcalf e Bacellar, isto é, a expulsão sistemática de alguns indivíduos em cada geração e a manutenção do patrimônio nas mãos de um herdeiro favorecido.

No que se refere especificamente aos proprietários de grandes escravarias, demonstra que a transmissão de bens (especialmente o engenho) era efetuada a um dos filhos, que sucederia aos pais na chefia do fogo. Não havia, por exemplo, uma preferência definida pelo mais velho, mas em geral o engenho passaria às mãos de um dos filhos que por ocasião da morte dos pais ainda residisse com os mesmos. Mas mais do que isso, a análise de casos diversos levou o autor a constatar que a herança da terra podia tomar formas variadas. Indivíduos mais capitalizados, possuidores de diversas fazendas, podiam se preocupar em distribuí-las entre os herdeiros, seguindo mais de perto os preceitos de igualdade. Proprietários de um engenho apenas já não poderiam 'se dar ao luxo' de fracionar suas posses em nome da igualdade entre os herdeiros. Na verdade, o procedimento dependeria muito da situação particular de cada caso, pois tinham sido criados os mecanismos para contornar possíveis entraves legais, a exemplo do que havia ocorrido na região do Minho.

A prática da migração causada pela falta de terras cultiváveis foi ampla, e empurrava para a frente pioneira os herdeiros que não tinham sido aquinhoados com a propriedade que possuía o engenho, à semelhança do que ocorria aos herdeiros excluídos minhotos, que buscavam sua sistematização na longínqua colônia portuguesa na América, uma vez que não foram escolhidos para herdar a propriedade familiar, que deveria ser mantida intacta e assim passada para a geração seguinte.

Um outro interessante ponto que deve ser mencionado refere-se aos altos índices de ilegitimidade apresentados pelas populações portuguesas, especialmente aquelas da região norte, o que as distingue das populações da Europa norte ocidental, que apresentavam baixíssimos índices de crianças ilegítimas, e que é mais um ponto de aproximação aos caso brasileiro.

O exemplo de Lanheses (Brettell, 1986, 1989) atribui os altos níveis de ilegitimidade encontrados à excessiva emigração masculina.

na. Estes índices, entre 1700 a 1899, alcançaram um índice de 9.7. A freguesia de São Tiago de Bougado, apresentou 7.4% de nascimentos ilegítimos entre 1650-1849 (Alves, 1989). O estudo de O'Neill (1987), sobre uma aldeia transmontana no final do século XIX, também apresenta dados surpreendentes sobre a ilegitimidade, situando-se na década de 1870-79 em 34.9%, entre 1880-89 em 42.9% e finalmente entre 1890-99 em 37.0%. Na verdade altos índices de ilegitimidade não são anormais para Portugal, que apresenta uma das maiores taxas de ilegitimidade da Europa (Livi-Bacci, 1971:71-75).

Este é seguramente mais um elo entre as duas sociedades, onde o fenômeno da ilegitimidade esteve presente de forma persistente e que nos remete necessariamente para um exame dos padrões de aceitação da ilegitimidade em ambos os casos. Os trabalhos de Ramos (1993) e Brettell & Metcalf (1993), também apontam tendências interessantes a partir da comparação da realidade portuguesa e brasileira e a meu ver outros estudos nesta linha são fundamentais.

Todos estes indicadores no entanto ainda merecem estudos mais profundos e sistemáticos que tratem da população global, mas tendo em conta os comportamentos diferenciais de cada grupo, para que seja possível estabelecer até que ponto certos padrões culturais portugueses relativos ao casamento, formação do agregado doméstico e sistemas de herança se impuseram na sua área de colonização na América.

IV

É evidente que a história da população e da família, de forma geral, deu um salto quantitativo e qualitativo fundamental a partir da difusão da Demografia Histórica, que com seus novos métodos técnicas possibilitou e exploração sistemática de fontes tão importantes como os registros paroquiais mas que, paralelamente, também permitiu que outras inúmeras e variadas fontes fossem incorporadas ao estudo da família.

Parece-me também que é um consenso geral entre os investigadores que o estudo da família, seja a partir da reconstituição de famílias através da metodologia Henry-Fleury, seja a partir da reconstituição de paróquias implementada por Norberta Amorim, é

uma ferramenta poderosa para recuperar os comportamentos das populações do passado.²⁴

Também parece-me um conceito indiscutível, aquele que admite que o cruzamento de fontes de outra natureza, além dos registros paroquiais enriquece de forma espetacular o estudo da família, ao mesmo tempo que também pode permitir o alargamento do campo de investigação, englobando o agregado doméstico, a parentela, a vizinhança, o compadrio, as redes de sociabilidade enfim, permitindo que não nos restrinjamos à família biológica, mas cheguemos à reconstrução da comunidade.

Atualmente o Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho está implementando um projeto que pretende organizar bases de dados compostas pelo levantamento dos registros paroquiais de diversas freguesias, inicialmente dos Concelhos de Braga, Guimarães e Esposende, e que permitam ao mesmo tempo o cruzamento com documentação vária.

As possibilidades que se abrem com a implementação e desenvolvimento deste projeto são quase que inesgotáveis, e vão desde o estudo das práticas familiares minhotas, os comportamentos relativos ao casamento, aos costumes de herança e migração. E este é um ponto fundamental a ser abordado de forma sistemática, a emigração minhota para o Brasil.

Os herdeiros minhotos excluídos, quando optavam por emigrar para além das fronteiras metropolitanas, buscando encontrar um lugar na sociedade colonial do outro lado do Atlântico, o que encontrariam? As estruturas familiares e de herança reproduziriam o modelo de metropolitano? Ou, teriam sofrido adaptações para se enquadrar no novo contexto ecológico, econômico e social da colônia americana? Até onde as tradições culturais seriam impermeáveis aos novos constrangimentos criados pela miscigenação racial?

É inevitável que busquemos traçar um paralelo com os modelos familiares existentes na colônia e encontrar algumas respostas a estas indagações, na linha dos artigos publicados e que encaminham algumas comparações nesse sentido. Referimo-nos aqui, espe-

24 Para uma comparação e valiação de ambas as metodologias vide Scott, 1995.

cialmente, aos trabalhos de Ramos (1993) e o trabalho publicado conjuntamente por Brettell e Metcalf (1993).²⁵

Os resultados apresentados pelos autores indicam que a família camponesa do norte de Portugal reproduziu-se no Brasil, embora no deslocamento inter-oceânico algumas características tivessem sido sobrevalorizadas enquanto outras foram ou não modificadas (Brettell e Metcalf, 1993:365).

Existem pontos que são fundamentais para explicar as transformações ocorridas na transposição dos modelos de família minhota para a colônia. Retomemos os essenciais, e que de maneira geral se encontrariam em qualquer uma das comunidades.

As comunidades minhotas e brasileiras seriam extremamente diferenciadas, em primeiro lugar e inicialmente, na própria estrutura social. No Minho, a comunidade era basicamente composta por camponeses (com ou sem terra), com poucas famílias ditas de elite e, virtualmente sem escravos. No Brasil as comunidades, em geral, apresentavam uma grande desigualdade social, onde parte significativa da população era constituída por escravos, que diferiam radicalmente da população livre. Mesmo entre a população livre havia uma profunda distinção entre os proprietários e os não-proprietários de escravos.

A população portuguesa era etnicamente homogênea, enquanto no Brasil predominava a heterogeneidade. Índios, africanos e europeus somados a uma crescente população de mestiços, resultante da combinação dos três elementos étnicos básicos.

Portanto toda e qualquer comparação, à nível das estruturas familiares, deve levar em conta estas diferenças radicais entre as duas sociedades.

Por outro lado, algumas similaridades foram detectadas, apesar das diferenças encontradas à partida. Destaque-se aqui, os níveis de ilegitimidade, os altos índices de emigração masculina e a elevada proporção de domicílios chefiados por mulheres. Esses traços foram comparados tanto no artigo de Ramos como no de Brettell e

25 Ramos, D. (1993) - «Form Minho to Minas: The Portuguese Roots of Mineiro Family». *Hispanic American Historical Review*.73:4; Brettell, C.B and Metcalf A.C. (1993) - «Family Customs in Portugal and Brazil: transatlantic parallels». *Continuity and Change* 8(3).

Metcalf. que analisaram diferentes regiões brasileiras (Minas Gerais e São Paulo).

Entretanto, gostaríamos de analisar mais de perto a questão dos mecanismos de herança praticados entre algumas das famílias proprietárias encontradas na sociedade colonial, e para isso será fundamental a comparação do trabalho de Brettell e Metcalf com dados relativos à realidade colonial específica de São Paulo.

Brettell e Metcalf admitem que os paralelos encontrados a partir da análise de uma comunidade minhota e uma comunidade da Província de São Paulo são provocativos e sugerem que aspectos chaves da vida familiar portuguesa foram transferidos para o Brasil, apesar das diferenças entre São Paulo e o norte de Portugal. Isto deve-se, em grande parte, ao fato de compartilharem costumes, leis, instituições, e a mesma religião, criando as condições para a re-emergência no Brasil, das características essenciais das tradições familiares do norte de Portugal.

As diferenças encontradas no meio ambiente característico do Brasil, com largas e abertas fronteiras distorceu os padrões de família do norte de Portugal. Os portugueses que vieram para o Brasil encontraram grandes possibilidades de mobilidade social e acumulação de capital, na forma de terras e escravos. Isto propiciou a criação de uma sociedade desigual e etnicamente complexa, à qual, por seu lado, modificava e aumentava determinadas características da família minhota, da qual ela era originária. Mas, ainda assim, as famílias retransmitiam estratégias tradicionais para encorajar a migração dos homens e o favorecimento das mulheres. Concluem as autoras que estas estratégias funcionavam igualmente bem em Portugal e no Brasil para providenciar novas oportunidades a cada geração (Brettell e Metcalf, 1993: 383-384).

Isto é, tanto em Portugal como no Brasil persistiam as formas de transmissão de patrimônio (via herança ou dote) que favoreciam algum dos herdeiros. Por exemplo, as estratégias usadas pelas famílias de elite de Santana de Parnaíba, analisadas por Metcalf encorajavam a transferência da terra matrilinearmente, a emigração dos filhos para a fronteira, o favorecimento do genro e um virtual deserdamento de algumas crianças de cada geração.²⁶

26 Metcalf, AC. (1986) - «Fathers and Sons: The Politics of Inheritance in a Colonial Township». *Hispanic American Historical Review*, 66:3, p. 458; e (1990) -

Privilégios de alguns filhos em relação aos demais também foram encontrados entre as famílias dos senhores de engenho do oeste paulista (Bacellar, 1991). Analisada através dos inventários, a partilha dos bens podia efetivamente aparentar ser igualitária, contudo, ao acompanhar o real desenrolar do processo sucessório, tornou-se evidente a existência de mecanismos que intervinham no seguimento do mesmo, desviando-o para rumos largamente inegualitários. Estes mecanismos foram moldados de acordo com a sociedade local, salvaguardando o processo sucessório de fracionamentos indesejáveis (o mesmo que alegam os estudiosos na sociedade minhoto) apelando-se para a concentração da propriedade nas mãos de poucos sucessores e para o encaminhamento dos demais rumo à frente pioneira.²⁷

Tanto Bacellar como Metcalf encontraram indícios de favorecimento de determinados herdeiros em relação aos demais, porém, diferentemente de Metcalf, Bacellar não encontrou, ou pelo menos não mencionou, indícios de favorecimento das filhas (e indiretamente dos genros) na processo de partilha efetiva dos senhores de engenho do oeste paulista.

O que parece ser indiscutível, é a questão da transferência dos modelos familiares portugueses para o Brasil que, contudo, sofreram determinadas adaptações à realidade colonial vigente. Retomando Brettell e Metcalf, compartilhar os mesmos costumes, leis, instituições civis e religiosas, criou as condições para a reemergência no Brasil, das características essenciais das tradições familiares do norte de Portugal, que tiveram determinados traços exacerbados ou modificados. E para isso contribuiu decisivamente a especificidade da sociedade que se formou na colônia, marcada pela heterogeneidade de seus componentes, separados não só pelas suas etnias, mas pelo próprio estatuto social, que confrontava dois universos distintos e profundamente separados, o dos homens livres e o dos escravos. As diferenças sociais daí provenientes geraram tipos de relações inexistentes na sociedade de origem, que forçosamente influenciaram os modelos familiares trazidos da metrópole.

«Women and Means: Women and Family Property in Colonial Brazil». *Journal of Social History*, 24(2).

27 Bacellar, C.A.P. (1991) - Família, Herança e Poder em São Paulo: 1765-1855. *Estudos CEDHAL*, No. 07.

Fundamental, à meu ver, é a continuidade dos estudos que privilegiem a linha comparativa, como os apresentados por Brettell, Metcalf e Ramos. Tudo isso, esperamos, realizar-se-á através não só da equipe de investigadores da Universidade do Minho, coordenados por Norberta Amorim, da qual também fazemos parte, mas através de outras iniciativas, como por exemplo aquela coordenada por Francisco Chacón-Jimenez, através da rede MESTIZO, que reúne e congrega diversas universidades e institutos de investigação ibéricos e latino-americanos, entre eles o NEPS e o CEDHAL que procurará implementar esta recente e fecunda linha de investigação.

Bibliografia

- ALDEN, D. (1963). The population of Brazil in the Late Eighteenth Century: a preliminary study. *Hispanic American Economic Review*, XLIII, 173-205.
- ATHAYDE, J.L.D. (1975). *La population de Salvador, Bahia au XIX^e. siècle*. PhD, Université de Nanterre.
- AZZI, R. (1993). Família, mulher e sexualidade na igreja do Brasil (1930-1964). In M. L. Marcilio (Ed.), *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil* (pp. 101-134). São Paulo: CEDHAL-CEHILA/Edições Loyola.
- BACELLAR, C.A.P. (1990) - «A Colonização Portuguesa em São Paulo às vésperas da Independência», Congresso Internacional de Ciências Históricas, Madrid
- BACELLAR, C.D.A.P. (1987). *Os Senhores da Terra: Família e Sistema Sucessório entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Mestrado, Universidade de São Paulo.
- BACELLAR, C.A.P. & SCOTT, A.S.V. (1990). Sobreviver na Senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas: 1798-1818. In M.L. Marcilio, S.O. Nadalin, & A.P. Balhana (Ed.), *História e População* (São Paulo: ABEP/IUSSP).
- BACELLAR, C.A.P. (1994). *Família e Sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, séculos XVIII e XIX)*. Doutorado. São Paulo. USP
- BALHANA, A.P. (1971). L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930. (pp. 143-155). Paris: CNRS.
- BALHANA, A.P. & HENRY, L. (1975). La population du Paraná depuis le XVIII^e. siècle. *Population*, (numero special), 157-186.

- BALHANA, A.P. (1977). Mestiçagem e Nupcialidade no Brasil. *Estudos Brasileiros*, 2(3), 21-28.
- BALHANA, A.P. (1978). Nupcialidade e fecundidade. *Anais do I Encontro Nacional de Estudos da População* (pp. 423-434). Campos do Jordao: ABEP.
- BALHANA, A.P. (1978). *Santa Felicidade, uma paróquia veneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba.
- BALHANA, A.P. & NADALIN, S.O. (1981). Análise do ciclo vital a partir da reconstituição de famílias: estudos em Demografia Histórica. In ABEP (Ed.), *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 645-664). São Paulo: ABEP.
- BALHANA, A.P.; BURMESTER, A.M.O.; CARDOSO, J.A. & NADALIN, S.O. (1982). A pesquisa em demografia histórica na Universidade Federal do Paraná. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 441-444). Vitória: ABEP.
- BALHANA, A.P. & WESTPHALEN, C.M. (1984). Dinâmica Demográfica e Sistema de Herança no Brasil Meridional. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 4, 2175-2195.
- BALHANA, A.P. (1987). Le peuplement et population du Paraná. *Annales de Demographie Historique*, 81-101.
- BARRETO, M.T.S. (1979). *Os poloneses do Alto Vale do Rio Tijucas. Um estudo de história demográfica*. Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BARROS, E.C. (1979). *Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio: 1841-1910 a sua transição demográfica*. Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BASSANEZI, M.S.B. (1986). Família e força de trabalho no colonato. Subsídios para compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. *Texto NEPO*, (8), 1-98.
- BASSANEZI, M.S.B. & BAENINGER, R. (1986). Uma fonte para os estudos de população: os registros da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo. *Textos NEPO*, (7), 27-40.
- BASSANEZI, M.S.B. (1988). O Casamento na colônia no tempo do café. *Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1, 109-154.
- BASSANEZI, M.S.B. (1990). As escolhas matrimoniais no velho oeste paulista. *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 241-258.
- BEOZZO, J.O. (1993). A família escrava e imigrante na transição do trabalho escravo para o livre. In M.L. Marcilio (Ed.), *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil* (pp. 29-100). São Paulo: CEDHAL-CEHILA/Edições Loyola.
- BIDEAU, A. e NADALIN, S.O. (1989) - «Histórias de Vida e Análise Demográfica da Fecundidade: abordagens complementares para uma

- história do comportamento social», paper apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina, Ouro Preto, p. 1- 22
- BIDEAU, A. & NADALIN, S.O. (1988). Étude de la fécondité d'une communauté évangélique luthérienne à Curitiba (Brésil) de 1866 à 1939. *Population*, 6, 1035-1064.
- BIDEAU, A. & NADALIN, S.O. (1989). Histórias de Vida e Análise Demográfica da Fecundidade: abordagens complementares para uma história do comportamento social. *Congresso sobre a História da População da América Latina* (pp. 1-22). Ouro Preto:
- BONI, M.I.M. (1974). *A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes, 1765-1785*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- BORGES, M.N.F. (1982). *Vacaria, evolução histórico-demográfica (1761-1930)*. Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- BOXER, C.R. (1969) - *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, London, Hutchinson
- BRETTELL, C.B. (1986) - *Men who migrate, women who wait. Population and History in a Portuguese Parish*. Princeton, Princeton U. Press.
- BRETTELL, C.B. & METCALF, A.C. (1993). Family customs in Portugal and Brazil: transatlantic parallels. *Continuity and Change*, 8(3), 365-388.
- BRODBECK, M.D.S.L. (1983). *A paróquia de Santo Antonio de Orleans, 1879-1973: um estudo de nupcialidade*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- BURMESTER, A.M.D.O. (1974). *A população de Curitiba no século XVIII (1751-1800), segundo os registros paroquiais*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- BURMESTER, A.M.D.O. (1981). *Population de Curitiba au XVIIIè siècle*. PhD, Université de Montreal.
- CARDOSO, J.A. & NADALIN, S.O. (1986). Les mois et les jours de mariage au Paraná (Brésil) aux XVIIIè et XIXè siècles. *Annales de Demographie Historique*, 11-28.
- COSTA, I.N. (1977). Vila Rica: Casamentos (1727-1826). *Revista de História (USP)*, 111, 195-208.
- COSTA, I.D.N.D. (1979). *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP.
- COSTA, I.D.N.D. (1981). *Populações Mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: FIPE.
- COSTA, I.D.N. (1982). A estrutura familiar e domiciliar em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 24, 41-52.

- COSTA, I.N. (1982). *Minas Gerais: estruturas populacionais típicas*. São Paulo: EDEC.
- COSTA, I.N. (1986). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE/USP.
- COSTA, I.N. & GUTIERREZ, H. (1986). Note sur le mariage des esclaves dans le regions de São Paulo et du Paraná (1830). *Annales de Demographie Historique*, 49-58.
- COSTA, I.N.; SLENES, R.W. & SCHWARTZ, S.B. (1987). A família escrava em Lorena. *Estudos Economicos*, 17(2), 245-295.
- COSTA, I.N. & SLENES, R.W. (1987-1988). Nota sobre alguns elementos estruturais da família escrava (Lorena, 1801). *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Historica*, 4, 9-16.
- COSTA, I.N. (1992). *Arraia-Miuda. Um estudo sobre os Nao-Proprietarios de Escravos no Brasil*. Belo Horizonte: MGSP Editores.
- COWELL, B.J. (1975). Documentos de carater demografico relativos a la ciudad de Recife (Brasil) anteriores a 1820. In CLACSO/CELADE (Ed.), *Fuentes para la demografia historica de America Latina* (pp. 132-135). Buenos Aires: CLACSO.
- D'INÇÃO, M.A. (1989). O amor romantico e a família burguesa. In M.A. D'Inção (Ed.), *Amor e Família no Brasil* (pp. 57-71). São Paulo: Contexto.
- D'INÇÃO, M.A. (Eds.). (1989). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- DEL PRIORE, M. (1989). O corpo feminino e o amor: um olhar. In M.A. D'Inção (Ed.), *Amor e Família no Brasil* (pp. 31-56). São Paulo: Contexto.
- DEL PRIORE, M. (1993). As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colonia. In M.L. Marcilio (Ed.), *Familia, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil* (pp. 171-190). São Paulo: CEDHAL-CEHILA/Edições Loyola.
- DÍAZ, A.J. & STEWART, J. (1991). Occupational class and female-headed households in Santiago Maior do Iguape, Brazil, 1835. *Journal of Family History*, 16(3), 299-313.
- ESTUDOS ECONÔMICOS (1987) Número especial sobre a família escrava. *Estudos Economicos*, 17(2),
- FALCI, M.B.K. (1990). Demografia Escrava no Piaui. In M.L. Marcilio, S.O. Nadalin, & A.P. Balhana (Ed.), *História e População* (São Paulo: ABEP/IUSSP).
- FALCI, M.B.K. (1991). *A criança na Provincia do Piaui*. Teresina: Academia Piauiense de Letras/CEDHAL.
- FALCI, M.B.K. (1992). Aspectos demograficos da escravidao em regioao pecuarista. *The peopling of the Americas* (pp. 1-36). Vera Cruz:

- FALCI, M.B.K. (1993). *Escravos do sertão. Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí, 1826-1888*. PhD, Universidade de São Paulo.
- FARIA, S.S.C. (1994). *A Colônia em movimento. Fortuna e Família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)*. PhD, Universidade Federal Fluminense.
- FARIAS, V.F. (1980). *A freguesia de Enseada de Britos: evolução histórico-demográfica, 1778-1907*. Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- FLORENTINO, M.G. & GOES, J.R. (1995). Parentesco e família entre os escravos no século XIX: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais (Campinas)*, 12(1-2), 151-167.
- GOLDSCHMIDT, E.M.R. (1983). As exigências eclesásticas para o matrimônio - a especificidade quanto aos casamentos escravos. *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* (pp. 89-91). São Paulo: SBPH.
- GOLDSCHMIDT, E.M.R. (1986). Compadrio de escravos em São Paulo Colonial. *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica* (pp. 73-76). São Paulo: SBPH.
- GOLDSCHMIDT, E.M.R. (1986). O senhor e suas escravas: um aspecto das uniões mistas no século XVIII, na Capitania de São Paulo. *Anais da Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, 191-195.
- GOLDSCHMIDT, E.M.R. (1992). Virtude e pecado: sexualidade em São Paulo Colonial. In A.O. Costa, & C. Bruschini (Ed.), *Entre a virtude e o pecado* (Rio de Janeiro: Rosa dos empos).
- GOLDSCHMIDT, E.M.R. (1995). Os Limites da Igualdade. Um aspecto dos casamentos mistos de escravos em São Paulo Colonial. *Ler História*, 29, 105-119.
- GRAHAM, R. (1976). Slave Families on a Rural Estate in Colonial Brazil. *Journal of Social History*, 9, 382-402.
- HENRY, L. & BALHANA, A.P. (1975). La population du Paraná depuis de XVIII^e. siècle. *Population*, 157-186.
- HENRY, L. (1976). Temas de pesquisa, fontes e métodos da Demografia Histórica do Brasil. *Revista de História*, 105, 63-79.
- HENRY, L. (1977). *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- KUBO, E.M. (1974). *Aspectos demográficos de Curitiba: 1801-1850*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- KUZNESOF, E. (1989) - «Illegitimacy, Race, and Family Ties in Nineteenth Century Brazil», paper apresentado no Congresso sobre a História da População da América Latina, Ouro Preto, p.1-17
- KUZNESOF, E.A. (1980). An analysis of Household Composition and Headship Rates Related to Changes in Mode of Production: São Paulo 1765 to 1836. *Comparative Studies in Society and History*, 22, 79-109.

- KUZNESOF, E.A. (1980). The Role of the Female-Headed Household in Brazilian Modernization: 1765-1836. *Journal of Social History*, 13, 589-613.
- KUZNESOF, E.A. (1980). The Role of the Merchants in the Economic Development of São Paulo 1765-1850. *Hispanic American Historical Review*, 60(4), 571-592.
- KUZNESOF, E.A. (1986). *Household Economy and Urban development São Paulo, 1765 to 1836*. Boulder/London: Westview Press.
- KUZNESOF, E. (1988). Criança e infância no Brasil. *VII Reuniao da Sociedade Brasileira de Pesquisa Historica* (pp. 155-160). São Paulo:
- KUZNESOF, E.A. (1989). The domestic situation of the slave family in Brazil. *Anais da VIII Reuniao da Sociedade Brasileira de Pesquisa Historica*, 17-38.
- LEMOS, C.C. (1987). *O casamento no Paraná século XVIII e XIX*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- LEWKOWICZ, I. (1988-1989). Heranca e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do seculo XVIII. *Revista Brasileira de História*, 9(17), 101-114.
- LISANTI, L. (1962-1963). La población de la Capitanía de São Paulo entre la segunda mitad del siglo XVIII y el comienzo del siglo XIX. *Anuário del Instituto de Investigaciones Históricas*, 6, 13-26.
- LISANTI, L. & MARCÍLIO, M.L. (1969). Estrutura demográfica, social e econômica da vila de Lajes, 1798-1808. *Estudos Históricos*, 8, 9-52.
- LIVI BACCI, M. (1971) - *A Century of Portuguese Fertility*. Pricenton, Pricenton U. Press
- LOCKS, A.L.C. (1982-83). Fontes para o estudo demografico das comunidades paroquiais de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa e São Joao Batista do Rio Vermelho. *Revista do Instituto Historico e Geografico de Snata Catarina*, 3a. fase(4), 222-247.
- LONDOÑO, F.T. (1988). El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial. *Estudos CEDHAL*, No. 2. São Paulo
- LONDOÑO, F.T. (1989). O crime do Amor. In M.A. D'Inção (Ed.), *Amor e Família no Brasil* (pp. 17-30). São Paulo: Contexto.
- LUNA, F.V. (1980). *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. Doutorado, Universidade de São Paulo.
- LUNA, F.V., & COSTA, I.N. (1981). Vila Rica: nota sobre os casamentos de escravos (1727-1826). *Africa Revista do Centro de Estudos Africanos*, 4,
- LUNA, F.V., & COSTA, I.N..(1982). Sinopse de alguns trabalhos de demografia historica referentes a Minas Gerais. In ABEP (Ed.), *III Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 11-15). Vitoria: ABEP.

- LUNA, F.V. (1990). Casamento de escravos em São Paulo, 1776, 1804, 1829. In M.L. Marcilio, S.O. Nadalin, & A.P. Balhana (Ed.), *História e População* (São Paulo): ABEP/IUSSP.
- LUNA, F.V., & KLEIN, H.S. (1991). Slaves and Masters in Early Nineteenth-Century Brazil: São Paulo. *The Journal of Interdisciplinary History*, 21(4), 549-573.
- MARCILIO, M.L. (1970). Dos registros paroquiais à Demografia Histórica no Brasil. *Anais de História*, 2,
- MARCILIO, M.L. (1971). População, sociedade e economia de uma comunidade pre-malthusiana brasileira. Orientações metodológicas de «reconstituição de famílias» a partir das listas nominativas de habitantes. *Estudos Historicos*, (10), 9-20.
- MARCILIO, M.L. (1972). Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) segundo as Listas Nominativas de Habitantes. *Estudos Econômicos*, 2(6), 131-143.
- MARCILIO, M.L. (1972). Variations de noms et prenomes au Bresil. *Annales de Demographie Historique*, 345-353.
- MARCILIO, M.L. (1973). *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp.
- MARCILIO, M.L. & Lisanti, L. (1973). Problèmes de l'Histoire Quantitative au Brésil: metrologie et demographie. *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930* (pp. 29-37). Paris: CNRS.
- MARCILIO, M.L. (1974). *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836*. Livre Docência, Universidade de São Paulo.
- MARCILIO, M.L. (1974). Anthroponymie au Bresil. In L. Henry (Ed.), *Variations de Noms et Prenoms dans differents pays: XVIIe-XVIIIe siecles* (Dolhain: Ordina Ed.
- MARCILIO, M.L. (1975). Catalogo de los datos biografico-documentales de naturaleza demografica existentes en los archivos brasilenos. In CLACSO/CELADE (Ed.), *Fuentes para la demografia historica de America Latina* (pp. 87-131). Buenos Aires: CLACSO.
- MARCILIO, M.L. (1977). Croissance de la population pauliste de 1798 a 1828. *Annales de Demographie Historique*, 249-269.
- MARCILIO, M.L. (1979). Urban and Rural Variants of Pre-industrial Demographic Regimes in Nineteenth-Century Brazil. In W. Borah, J. Hardoy, & G.A. Stelter (Ed.), *International Congress of Americanists - Urbanization in the Americas: the background in comparative perspective* (pp. 71-75). Vancouver: History Division, National Museum of Man.
- MARCILIO, M.L. (1980). Sistemas demograficos no Brasil do seculo XIX. *Revista de Cultura Vozes*, 74(1), 39-48.
- MARCILIO, M.L. (1981). Mariage et remariage dans le Brésil traditionnel: lois, intensité, calendrier. In J.E.A. Dupaquier (Ed.), *Marriage and*

- Remarriage in Population of the Past* (pp. 363-373). London: Academic Press.
- MARCILIO, M.L. (1984). Sistemas Demográficos no Brasil do século XIX. In M.L. Marcilio (Ed.), *População e Sociedade. Evolução das Sociedades Pre-Industriais* (pp. 193-207). Petropolis: Vozes.
- MARCILIO, M.L. (1985). The population of Colonial Brazil. In L. Bethell (Ed.), *The Cambridge History of Latin America* (vol. 1, pp. 37-63). Cambridge: Cambridge University Press.
- MARCILIO, M.L. (1986). A população do Brasil em perspectiva histórica. In I.N. Costa (Ed.), *Brasil: História Econômica e Demográfica* (pp. 11-27). São Paulo: IPE/USP.
- MARCILIO, M.L. (1986). *Caiçara: terra e população. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL.
- MARCILIO, M.L. (1990). Padroes da Família Escrava. *Travessia (São Paulo)*, 9,
- MARCILIO, M.L. & Venâncio, R.P. (1990). Crianças abandonadas e primitivas formas de sua proteção. Séculos XVIII e XIX, Brasil. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 321-338.
- MARCILIO, M.L. (Eds.). (1993). *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: CEDHAL-CEHILA/ Edições Loyola.
- MARCÍLIO, M.L. (1974) - Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836, São Paulo, USP
- MARCÍLIO, M.L. (1977) - «Croissance de la population pauliste de 1798 a 1828». *Annales de Démographie Historique*, p. 249-269
- MARCÍLIO, M.L. (1986) - *Caiçara: terra e população. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba*, São Paulo, Paulinas/Cedhal
- MARCÍLIO, M.L. (1968). *La Ville de S. Paulo. Peuplement et Population. 1750-1850*. Rouen-Paris. Editions de l'Université de Roen/PUF
- MEQUELUSSE, J. (1975). *A população da vila de Paranaguá no final do século XVIII segundo as listas nominativas de habitantes*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- MERRICK, T.W. (1976). Notes on the growth of the Brazilian population in the early nineteenth century. *Simposio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil* (pp. 20p.). Rio de Janeiro:
- MESQUITA, E. (1976). Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830. *Revista de História*, 105, 33-47.
- METCALF, A.C. (1983) - *Families of Planters, Peasants and Slaves: strategies of survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 172-1820*, The University of Texas at Austin

- METCALF, A.C. (1986) - «Fathers and Sons: The Politics of Inheritance in a Colonial Brazilian Township», *Hispanic American Historical Review*, 66:3, 455-484
- METCALF, A.C. (1978). *Household and family in late eighteenth century Ubatuba, Brazil* Texas: scp.
- METCALF, A.C. (1983). *Families of Planters, Peasants and Slaves: strategies of survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. PhD, University of Texas at Austin.
- METCALF, A.C. (1983). Recursos e estruturas familiares no século XVIII em Ubatuba, Brasil. *Estudos Econômicos*, 13(No. especial), 771-785.
- METCALF, A.C. (1986). *As famílias de Elite de Santana de Parnaíba e a estrutura social* Seminário Permanente sobre a família e a População no Passado Brasileiro.
- METCALF, A.C. (1986). Fathers and Sons: The Politics of Inheritance in a Colonial Brazilian Township. *Hispanic American Historical Review*, 66(3), 455-484.
- METCALF, A.C. (1987). Vida Familiar dos Escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba. *Estudos Economicos*, 17(2), 229-243.
- METCALF, A.C. (1989/1990). Mulheres e propriedade: filhas, esposas e viúvas em Santana de Parnaíba no século XVIII. *Revista da SBPH*, (5), 19-30.
- METCALF, A.C. (1990). A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*, 20(2), 283-304.
- METCALF, A.C. (1990). A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. In M. L. Marcilio, S.O. Nadalin, & A.P. Balhana (Ed.), *História e População* (São Paulo: ABEP/IUSSP).
- METCALF, A.C. (1990). Women and Means: Women and Family Property in Colonial Brazil. *Journal of Social History*, 24(2), 277-298.
- METCALF, A.C. (1991). Searching for the slave family in Colonial Brazil: a reconstruction from São Paulo. *Journal of Family History*, 16(3), 283-297.
- METCALF, A.C. (1992). *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley: University of California Press.
- METCALF, A.C. (1995). Elementos para a definição do padrão familiar da elite de São Paulo Colonial. *Ler História*, 29, 91-104.
- MIRA, M.A.F.B. (1983). A população escrava de São Miguel da Terra Firme. *Notícia Histórica de Biguaçu*, 1, 8-12.
- MIRA, M.F. (1983). A nupcialidade e a natalidade em São Miguel da Terra Firme. *Notícia Histórica de Biguaçu*, 3, 80-82.
- MIRA, M.A.F.B. (1986). A História demográfica da Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro. In I.N. Costa (Ed.), *Brasil: História Econômica e Demográfica* (pp. 309-322). São Paulo: IPE/USP.

- MIRANDA, B.T.M. (1980). Das características demográficas da população de Nossa Senhora da Luz entre 1851 a 1880. *Estudos Brasileiros*, 5(9), 37-38.
- MOTT, L.R.B. (1977) - «Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772», *Revista de História*, 112, São Paulo, p.543-566
- MOTT, L. (1976). A Demografia Historica e a História Demografica do Brasil: fontes documentais e bibliografia. *Anais do Encontro da ABEP*
- MOTT, L. (1976). Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 18,
- MOTT, L.R.B. (1978). Estrutura Demográfica das fazendas de gado do Piauí: um caso de povoamento rural centrífugo. *Ciência e Cultura*, 30(10), 1196-1210.
- MOTT, L.R.B. (1983). Os pecados da família na Bahia de Todos os Santos. *Cadernos. Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, (18 1a. serie), 91-129.
- MOTT, L.R.B. (1985). Fontes inquisitoriais para o estudo da demografia histórica do Brasil. *História: Questões e Debates*,, 239-250.
- MOTT, L.R.B. (1985). *Piauí Colonial. População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petronio Portela.
- MOTT, L.R.B. (1986). O patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí colonial. In I.N. Costa (Ed.), *Brasil: História Econômica e Demográfica* (pp. 29-35). São Paulo: IPE/USP.
- MOTT, L.R.B. (1986). *Sergipe del Rey; população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc.
- MOTTA, J.F. (1988). A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 5(1), 71-101.
- MOTTA, J.F. (1990). *Corpos escravos, Vontades Livres. Estrutura da Posse de Cativos e Família Escrava em um Nucleo Cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Doutorado, Universidade de São Paulo.
- MOTTA, J.F. (1996). A Demografia Historica no Brasil: contribuições a historiografia. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais. (Campinas)*, 12(1-2), 133-149.
- NADALIN, S.O. (1981). Fecundidade das famílias de confissão evangelica luterana em Curitiba, 1920-1939. *Informativo ABEP*, 10, 6-7.
- NADALIN, S.O. (1981). Os Alemães no Paraná e a Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. *Estudos Brasileiros*, 7(13), 5-36.
- NADALIN, S.O. (1988). Sexualidade, casamento e reprodução. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 5(2), 63-91.
- NADALIN, S.O. *A origem dos noivos nos registros de casamentos da comunidade evangélica luterana de Curitiba, 1870-1969*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- NADALIN, S.O. *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté evangelique lutherienne a Curitiba entre 1866 et 1969*. PhD, Paris.

- NAZZARI, M. (1986). *Women, the Family and Property: The Decline of the Dowry in São Paulo, Brazil (1600-1870)*. PhD, Yale University.
- NEVES, M.F.R. (1989). Ampliando a família escrava. *Congresso sobre a História da População da América Latina* Ouro Preto: IUSSP/CELADE/ABEP.
- NEVES, M.F.R. (1993). O sacrilégio permitido: filhos de padres em São Paulo Colonial. In M.L. Marcilio (Ed.), *Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil* (pp. 135-148). São Paulo: CEDHAL-CEHILA/ Edições Loyola.
- NEVES, M.F.R. (1993). *Infância de faces negras: a criança escrava brasileira no século XIX*. Mestrado, Universidade de São Paulo.
- NIELSEN, L.J. (1979). Morte na cidade do Desterro 1804-1854: cifras, causas e conseqüências. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1* (3a. Fase), 69-87.
- PERARDT, J.F. (1990). *História Demográfica de Angelina, 1860-1950*. Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- PEREIRA, M.A.M. (1989). *Casar em Curitiba - Nupcialidade e Normatização Populacional (1890-1921)*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- QUEIROZ, M.L.B. (1987). *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG.
- QUIRINO, T.R. (1966) - *Os habitantes do Brasil no século XVI*, Instituto de Ciência do Homem, Recife, p.7-91
- RAMOS, D. (1975). Marriage and Family in Colonial Vila Rica. *Hispanic American Historical Review, 55*(2), 200-225.
- RAMOS, D. (1978). City and Country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. *Journal of Family History, 3*(4), 361-375.
- RAMOS, D. (1989). Female and Family in Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. *Congresso sobre a História da População da América Latina* (pp. 1-20). Ouro Preto: IUSSP/CELADE/ABEP.
- RAMOS, D. (1991). Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838. *Journal of Family History, 16*(3), 261-282.
- RAMOS, D. (1993). From Minho to Minas: The Portuguese Roots of the Mineiro Family. *Hispanic American Historical Review, 73*(4), 639-662.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. (1985). United States Scholarly Contributions to the Historiography of Colonial Brazil. *Hispanic American Historical Review, 65*(4), 683-743.
- SAMARA, E.M. (1980). *A família no sociedade paulista do século XIX, 1800-1860*. Doutorado, Universidade de São Paulo.
- SAMARA, E.M. (1980-1981). O dote na sociedade paulista do século XIX. legislação e evidências. *Anais do Museu Paulista, 30*, 41-53.

- SAMARA, E.M. (1981). Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX. *Cadernos de Pesquisa, Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, 37, 17-25.
- SAMARA, E.M. (1981). Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). *Estudos Econômicos*, 11(3), 159-168.
- SAMARA, E.M. (1982). Família e agregados: duas experiências de pesquisa em demografia histórica. In ABEP (Ed.), *III Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 22p). Vitória: ABEP.
- SAMARA, E.M. (1983). *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- SAMARA, E.M. (1983). Família, divórcio e partilha de bens em São Paulo no século XIX. *Estudos Econômicos*, 13, 787-798.
- SAMARA, E.M. (1984). A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (pp. 2135-2157). Aguas de São Pedro: ABEP.
- SAMARA, E.M., & COSTA, I.N. (1984). *Demografia Histórica. Bibliografia Brasileira*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Economicas.
- SAMARA, E.M. (1988-1989). A história da família no Brasil. *Revista Brasileira de História*, 9(17), 7-35.
- SAMARA, E.M. (1989). *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX*. São Paulo: Ed. Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura.
- SAMARA, E.M. (1990). Famílias e Domicílios em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In M.L. Marcilio, S.O. Nadalin, & A.P. Balhana (Ed.), *História e População* (São Paulo: ABEP/IUSSP).
- SBRAVATI, M. (1980). *São José dos Pinhais, 1776-1852: uma paróquia paranaense em estudo*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- SCHAAF, M.B. (1974). *A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes, 1786-1799*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- SCOTT, A.S.V. (1987). *Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836)*. Mestrado, Universidade de São Paulo.
- SCOTT, A.S.V. (1992). População, Casamento e Formação do Agregado Doméstico no Brasil (séculos XVIII e XIX). *El Poblamiento de las Americas* (pp. 1-35). Vera Cruz:
- SCOTT, A.S.V. (1994). Migração e Família no Vale do Paraíba (séculos XVIII e XIX). *XII Simposio de História do Vale do Paraíba* (pp. 1-28). São José dos Campos/SP:
- SILVA, M.B.N. (1980). O divórcio na Capitania de São Paulo. *Vivencia. História, sexualidade e imagens femininas* (São Paulo: Brasiliense).
- SILVA, M.B.N. (1980). Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo. *Revista de Ciencia e Cultura*, 32(7), 816-821.
- SILVA, M.B.N. (1982). População e casamento na capitania de São Paulo. *Revista da Academia Paulista de História*, 2, 61-72.

- SILVA, M.B.N. (1983). Escravidão e casamento no Brasil Colonial. *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques* (vol. II, Lisboa: Estampa.
- SILVA, M.B.N. (1984). *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: EDUSP.
- SILVA, M.B.N. (1984). A legislação Pombalina e a estrutura da família no Antigo Regime Português. *Pombal revisitado* (pp. 405-414). Lisboa: Estampa.
- SILVA, M.B.N. (1986). A mulher no contexto da imigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social*, 22(92-93), 653-660.
- SILVA, M.B.N. (1989). A imagem da concubina no Brasil colonial: ilegitimidade e herança. In A.O. Costa, & C. Bruschini (Ed.), *Rebeldia e submissão. Estudos sobre condição feminina* (São Paulo: Vertice.
- SILVA, M.B.N. (1989). Divorce in Colonial Brazil: the case of São Paulo. In A. Lavrin (Ed.), *Sexuality and Marriage in Colonial Latin America* (University of Nebraska Press.
- SILVA, M.B.N. (1990). Relações familiares e patrimônios na Capitania de São Vicente (1578-1609). *Ler História*, 19, 71-90.
- SILVA, J.V. (1995). *Mistura de Cores. Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso. Século XVIII*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso.
- SILVA, M.B.N. (1995). História da Família: tendências e metodologias. *Ler História*, 29, 19-24.
- SLENES, R. (1978). Slave marriage and family patterns in the coffee regions of Brazil, 1850-1888. *Convention of the American Historical Association*
- SLENES, R. (1987). Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Economicos*, 17(2), 217-227.
- VAINFAS, R. (1989). *Tropico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- VALLE, M.S. (1983) - *Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa (1770-1829)*, São Paulo, USP
- VALLE, M.S. (1976). *Movimento populacional da Lapa*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- VALLE, M.S. (1983). *Nupcialidade e Fecundidade das Famílias da Lapa (1770-1829)*. Doutorado, Universidade de São Paulo.
- VENÂNCIO, R.P (1986) - «Ilegitimidade e Concubinato no Brasil Colonial: Rio de Janeiro e São Paulo», *Estudos CEDHAL*, 1, São Paulo, p. 1-21
- VENÂNCIO, R.P. (1986). Nos limites da sagrada família: ilegitimidade e casamento no Brasil Colonial. In R. Vainfas (Ed.), *História e sexualidade no Brasil* (Rio de Janeiro: Graal.

- VENÂNCIO, R.P. (1988). *Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro no século XVIII*. Mestrado, Universidade de São Paulo.
- VENÂNCIO, R.P. (1993). *Casa da Roda: Institution d'Assistance Infantile au Bresil (XVIIe-XIXe siecles)*. PhD, Universite de Paris IV - Sorbonne.
- VOLPI, A.S. (1982). As Famílias escravas dos grandes proprietários do Vale do Paraíba no final da época colonial. *Resumos, Suplemento de Ciência e Cultura*, 34(7),
- WACHOWICZ, R.C. (1974). *Abranches: uma paróquia de imigração polonesa. Um estudo de história demográfica*. Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- WIEDERSPHAN, O.H. (1979). *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Cultural Português/Escola Superior de Teologia.